



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1844/15	DATA: 24/09/2015	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 12h55min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUCIANA BERTINI - Promotora de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal
IZABEL CRISTINA NASCIMENTO - Presidente da Sociedade União Internacional Protetora de Animais — SUIPA
REYNALDO SOARES VELLOSO - Presidente da Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Debate sobre a atuação das ONGs que cuidam de animais abandonados nos Municípios, sem subsídio do Estado. Deliberação de requerimentos e itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone — ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da Ata da 12ª reunião, realizada em 22 de setembro de 2015.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: do Exmo. Senador Telmário Mota, em que solicita participar da reunião onde será debatido o tema das aves de raça combatente; da Liderança do Democratas, que indica o Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul, para titular desta CPI; ofícios da Presidência da Câmara dos Deputados, que comunica a substituição do Deputado Penna, do PV de São Paulo, titular desta CPI, pelo Deputado William Woo, do PV de São Paulo, indica o Deputado Victor Mendes, do PV do Maranhão, como titular e indica o Deputado Sarney Filho, do PV do Maranhão, como suplente.

Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em deliberação de requerimentos e audiência pública com o objetivo debater a atuação das ONGs que cuidam de animais abandonados nos Municípios, sem subsídio do Estado.

Nesta oportunidade, contaremos com a presença da Exma. Sra. Luciana Bertini, Promotora de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal; do Exmo. Sr. Reynaldo Soares Velloso, Presidente da Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio de Janeiro — OAB-RJ; da Sra. Izabel Cristina Nascimento, Presidente da Sociedade União Internacional Protetora de Animais — SUIPA; da Sra. Adriana



Ramos, Presidente da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais — ABONG. (*Pausa.*) Ausente.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão — art. 256, § 2º —, não podendo ser aparteados; os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra, por 20 minutos, à Exma. Sra. Luciana Bertini.

A SRA. LUCIANA BERTINI - Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite ao Deputado Ricardo Tripoli. Para nós do Ministério Público é um prazer colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Como o próprio nome diz, audiência pública, o mais importante para nós do Ministério Público é ouvi-los e identificar as principais demandas. Acredito que a participação da sociedade civil organizada na defesa animal é fundamental, pela experiência que temos aqui no Distrito Federal, principalmente para propor políticas públicas, participando dos conselhos. Nós temos uma OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Distrito Federal bastante atuante atualmente. Tenho participado das reuniões. Há grupos de trabalho sobre vários temas de enfrentamento aos maus-tratos. Enfim, há uma série de questões.

Acredito que a sociedade civil organizada também tem fundamental papel na proposição de tópicos e políticas públicas a serem definidas para o Fundo Nacional do Meio Ambiente — FNMA, justamente para que valores possam ser destinados a políticas públicas bem definidas. Mas esses projetos têm que ser elaborados e devem sim contar com a participação da sociedade civil organizada.

Nesta manhã eu vim para ouvi-los, conhecê-los e saber das principais demandas. Nós temos enfrentado algumas dificuldades no Distrito Federal, na Vigilância Sanitária, no Zoológico. Esses problemas devem ser acompanhados de forma sistemática e constante, não só pontualmente. Esse é o entendimento da Promotoria. E nós estamos buscando justamente fazer esse trabalho sistemático.

A Promotoria tem um histórico bastante positivo com relação à participação de animais em circos, que conseguimos reverter, afastar. Enfim, nós percebemos que nossa participação é muito importante para a defesa animal.



É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Luciana Bertini.

Concedo a palavra, por 20 minutos, à Exma. Sra. Izabel Cristina Nascimento.

A SRA. IZABEL CRISTINA NASCIMENTO - Bom dia a todos!

Agradeço aos Deputados Aureo, Ricardo Tripoli e Ricardo Izar por terem convidado a Sociedade União Internacional Protetora de Animais — SUIPA e a todos os senhores e senhoras por estarem aqui, porque falar sobre animal não humano, da maneira como está o País, realmente pode parecer supérfluo. Mas não é, é uma situação séria, porque se trata de saúde pública.

Como falo pouco, trouxe um filme curto. A SUIPA não trata apenas de cãozinho com lacinho na cabeça. É uma associação de proteção animal com 22 anos, civil, particular, sem fins lucrativos, que nunca recebeu nada da União nem do Estado do Rio de Janeiro nem do Município nem do exterior. Todos os seus diretores e conselheiros — faço parte da diretoria — não têm salário, não recebem nada, nenhum recurso, trabalhamos por amor à causa. Somos eleitos a cada 3 anos pelos associados. Temos um quadro de quase 15 mil associados no Brasil que nos ajudam a manter quase 5 mil animais.

A SUIPA, em seu trabalho, recebe ofício de juízes, de promotores, do Ministério Público, e recebe também, diariamente, animais levados pelos bombeiros, tem cerca de 150 funcionários e já fez mais de 200 mil esterilizações, vulgo castrações.

Eu gostaria de mostrar os relatórios que a diretoria apresentou, o quadro social, quando houve a assembleia, referente a junho de 2014 a abril de 2015. Vocês vão ver os gastos que a SUIPA tem, fazendo o que o poder público não faz.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. IZABEL CRISTINA NASCIMENTO - Isso é só um cheirinho da SUIPA, porque ela cuida também de urubus, cavalos, de qualquer animal. Às vezes, chegam bombeiros até com cobras.

Nós temos problemas sérios com os CETAS — Centros de Triagem dos Animais Silvestres, do IBAMA, que vocês devem conhecer. Eles dizem que não têm como alimentar os animais apreendidos ilegalmente em feiras, como a de Caxias, e os levam à SUIPA. Muitas vezes esses animais estão muito doentes. Para não



serem sacrificados, cuidamos deles. Temos outros animais também, como corujas, que, ao conseguirem voltar a voar, os devolvemos para o seu habitat.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em um quadro eu falo da despesa mensal da SUIPA com remunerações — salários, horas extras, adicionais, comissões, décimo terceiro salário —, como se fosse uma empresa, em torno de 400 mil reais, e com encargos — INSS, Fundo de Garantia, PIS, indenizações, em torno de 140 mil reais. Nós também temos problemas trabalhistas, já que não conseguimos pagar os funcionários até o quinto dia útil. Então, a toda hora temos problemas trabalhistas.

Os benefícios da SUIPA, que são transporte e alimentação, giram em torno de 30 mil. Isso tudo está ligado aos funcionários, em torno de 150. Só veterinários temos 30, todos contratados, com carteira assinada.

A SUIPA gasta muito com a alimentação dos animais, com ração. Só para cães, compra 40 toneladas, fora gatos, cavalos e bodes que retiramos de encruzilhadas, onde são utilizados em rituais “religiosos” — entre aspas. A SUIPA gasta mensalmente cerca de 130 mil reais com alimentação de animais.

Com medicação, gasta cerca de 76 mil e com outros — medicamentos, descartáveis, seringas, agulhas, porque atendemos animais nas ruas e em comunidades —, cerca de 50 mil.

Em resumo, mensalmente, a SUIPA pouco mais de 926 mil reais. Repito: mensalmente, a SUIPA gasta pouco mais de 926 mil reais, dinheiro arrecadado de associados. Entretanto, a receita, formada pelos recursos dos associados e de outras pessoas que não são associadas, simpatizantes que nos ajudam, é de 773 mil reais. Então, se formos diminuir quanto gastamos de quanto recebemos, temos mensalmente cerca de 150 mil reais negativos. Isso já virou uma bola de neve. E a SUIPA não tem patrocínio, não tem nada.

Esterilização.

De 2005 a 2014, realizamos vários programas. A SUIPA tem ido às comunidades com um *trailer*. Operamos 40 animais gratuitamente. A SUIPA, de 2005 a 2014, fez atendimentos gratuitos em 185.110 animais. Se fizermos uma progressão geométrica, com 185 mil animais esterilizados, estamos prevenindo o nascimento de milhares e milhares de cães e gatos e evitando, evidentemente,



propagação de zoonoses, doenças transmitidas de animais não humanos para nós, animais humanos.

Animais resgatados em vias públicas.

A SUIPA tinha apenas uma ambulância. Mas hoje está resgatando mais, porque associados compraram uma segunda ambulância. Só no ano de 2014, recolhemos 1.023 animais, fora os que, quando chegamos ao atendimento, não estavam mais vivos. Mesmo assim, nós os recolhemos para serem cremados no nosso forno crematório, porque, pelo que sei, o Estado do Rio de Janeiro não tem forno crematório para animais — os que existem são particulares.

De janeiro a dezembro de 2014, recebemos 10.027 animais das comunidades, a maioria cães e gatos, sendo uma grande parte de filhotes. Dos órgãos públicos, Corpo de Bombeiros, Prefeituras, Ministério Público, delegacias, Guardas Municipais, recebemos quase 100. Isso fora os que nos solicitam para serem resgatados no local.

Em resumo, a SUIPA tem utilidade pública municipal, utilidade pública estadual e utilidade pública federal e tinha filantropia. Foram retiradas a filantropia e a utilidade pública federal no início de 1990. Depois de mais de 20 anos lutando, a SUIPA conseguiu restabelecer a utilidade pública federal, graças também à OAB, ao Dr. Reynaldo Velloso e à mídia em geral. Nós conseguimos que o Ministério da Justiça devolvesse esse *status* para a SUIPA. Não sei exatamente ao que temos direito, mas pelo menos temos as três utilidades públicas, para provar que fazemos um trabalho para o povo.

Quando o Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, hoje Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Saúde — CEBAS, retirou a filantropia da SUIPA no início dos anos 90, a alegação foi que ela não se enquadrava em nada do Conselho Nacional de Assistência Social, que não tem ligação com animais não humanos, mas com pessoas. Por isso, a SUIPA começou a ter um débito junto ao Governo Federal, ao INSS patronal, porque, para cuidarmos de cerca de 5 mil animais, para fazermos todo esse trabalho que resumidamente apresentei para os senhores, precisamos ter no mínimo 150 funcionários. Deveríamos ter mais.



Fazemos também trabalho em penitenciárias. Há uma lei no Estado do Rio de Janeiro que dispõe sobre animal comunitário. Esse trabalho é feito em penitenciárias, hospitais psiquiátricos, hospitais em geral, UPPs, Marinha — na Ilha de Mocanguê, quem passa pela Ponte Rio-Niterói conhece. Não há como retirar e levar para um abrigo, porque as colônias vão retornar. Então, a SUIPA vai a esses locais, pega os animais, faz exames de laboratório — exame de sangue, e não pesquisa —, faz a esterilização de machos e fêmeas e os devolve vacinados e microchipados para viverem no mesmo local. Damos assistência veterinária gratuitamente. Esse é um dos trabalhos que fazemos.

A SUIPA está promovendo um curso gratuito exclusivamente criado para as apenadas do Instituto Oscar Stevenson, que precisam ter duas qualificações apenas: saber ler e escrever e ter amor pelos não humanos. Conseguimos iniciar as aulas teóricas dentro do presídio, levando veterinários. Por incrível que pareça, as apenadas que estão em regime semiaberto estão muito interessadas. Mas estamos embaraçados, porque dependemos da aprovação de um juiz para que possam ter as aulas práticas no abrigo da SUIPA. Quando concluírem o curso, vão receber um certificado da profissão chamada auxiliar de serviços veterinários, enfermeiros de animais. O COREN — Conselho Regional de Enfermagem não aceita que pessoas que cuidem de animais sejam chamadas de enfermeiras. São chamadas de auxiliares de serviços veterinários. No momento em que completarem a parte prática, a SUIPA vai lhes oferecer emprego, para serem inseridas novamente na sociedade. Esse é um dos serviços que a SUIPA presta.

Eu queria dizer que perdemos a filantropia. Por isso, devemos ao Governo Federal, de INSS patronal, mais de 15 milhões de reais, dívida impagável, infelizmente, porque não temos como pagar impostos mensalmente. Temos essa bola de neve. Já tentamos durante esses 20 anos... Agora, no *Diário Oficial* da União de 3 de setembro, novamente a CEBAS indeferiu, e a dívida continua. Possivelmente, vão fechar, porque a SUIPA já está em processo de penhora.

Eu queria finalizar dizendo que não estou representando a SUIPA, a segunda sociedade de proteção de animais mais antiga do Brasil, que já teve no seu quadro social e na diretoria pessoas seriíssimas, como o Dr. Anísio da Silveira, que acabou com o choque nos doentes com transtornos mentais — que infelizmente agora está



retornando —, Rachel de Queiroz — a grande Rachel de Queiroz! —, Carlos Drummond de Andrade e muitos outros desconhecidos maravilhosos.

Estou aqui emocionada, agradecendo a vocês por estarem recebendo uma cidadã brasileira que faz um trabalho que ama.

Fui aeromoça da VARIG durante 30 anos. Espero também que a Presidente da República reconheça que tem que pagar a todos nós da VARIG a dívida do nosso plano Aerus. Estamos esperando por isso.

Estou aqui representando várias sociedades brasileiras de proteção a animais. Os senhores não têm noção da quantidade! São mais de 20 mil sociedades de proteção a animais que são marginalizadas, infelizmente, pelas autoridades. Muitas vezes, pessoas aposentadas recolhem das ruas animais atropelados e colocam suas aposentadorias em clínicas veterinárias, que não fazem gratuidade. Essas pessoas param de comer! Não são acumuladoras. Essa expressão veio dos Estados Unidos, mas a pessoa não acumula animais. Ela retira animais do asfalto, porque ali morreriam à míngua, já que o poder público, infelizmente, fechou os olhos para essa parte dos não humanos. Quando eu falo em não humanos, eu me refiro à rinha de galo, rodeio, vaquejada, matanças em frigoríficos, tudo isso.

Mas a SUIPA está aqui como a segunda mais antiga do Brasil. A primeira mais antiga do Brasil é a UIPA, em São Paulo, que tem mais de 100 anos e eu acredito que passe pelo mesmo problema financeiro com o INSS patronal — deve menos, possivelmente, ao Governo Federal. E temos milhares de pessoas que nós chamamos de protetores independentes, brasileiros e, muitas vezes, estrangeiros que moram aqui com a gente e fazem um trabalho que é de saúde pública, não é trabalho de botar lacinho em cachorro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Izabel.

Concedo a palavra agora ao Sr. Reynaldo Soares Velloso, Presidente da Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB do Rio de Janeiro.

O SR. REYNALDO SOARES VELLOSO - Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu me desculpo pelo atraso. Lá no Rio de Janeiro havia muita neblina, e tivemos dificuldade de decolar.



Saúdo o Deputado Ricardo Tripoli, Relator desta Comissão, e o Deputado Nilto Tatto, pelo espaço que dão para a causa animal na Câmara Federal. É muito importante que esta Casa Legislativa abra este espaço. À Luciana Bertini, também, o nosso abraço fraternal, e à Izabel, Presidente da SUIPA, velha guerreira. Peço licença para também saudar os dois Deputados Federais que aqui representam brilhantemente o Rio de Janeiro: o Deputado Aureo e o Deputado Luiz Carlos Ramos, que foi um brilhante Vereador. É sempre uma satisfação tê-los junto com a gente nesses movimentos.

Bom, em primeiro lugar, é muito importante que a Câmara Federal abra este espaço para a proteção animal. Eu me sinto muito gratificado em estar aqui representando a OAB do Rio de Janeiro — trago o agradecimento da nossa instituição. Essa nossa Comissão, ela tem 2 anos de funcionamento. Nós somos perto de 35 membros, não só advogados. Temos também como consultores profissionais de outras áreas, como, por exemplo, médicos, advogados, uma bióloga que mergulha com tubarão... Então, nós temos um lastro grande de trabalho no Rio de Janeiro na nossa Comissão de Proteção e Defesa dos Animais. Temos uma Subcomissão de Animais Domésticos, uma Subcomissão de Animais Silvestres, uma Subcomissão de Animais Marinhos, uma Subcomissão de Educação, uma Subcomissão de Acompanhamento Processual, porque, muitas vezes, o processo de maus-tratos, crueldade e abandono é perdido no tempo e na poeira, enfim.

A nossa luta é muito longa. E a luta animal eu costumo dizer que é a luta do tostão contra o bilhão. Ela é sempre uma luta muito difícil. Só com união, só agregando e fazendo com calma esses movimentos, um passo de cada vez, é que a gente evolui nessa causa.

Lá no Rio de Janeiro nós conseguimos alguns avanços. Vamos inaugurar agora em outubro, junto com a ACADEPOL, a Academia de Polícia do Rio de Janeiro, o primeiro curso, em todos os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, de direito dos animais. O policial vai abrir o computador e vai receber ali noções de direito dos animais. Para que isso? Para ele atender melhor as denúncias de crueldade, as denúncias de maus-tratos, as denúncias de abandono, enfim.

Nós também lutamos pela SUIPA. Avançamos muito no título de utilidade pública. Mas não viemos aqui falar especificamente do trabalho que é feito pela



nossa Comissão, porque o trabalho aqui enfoca outra situação, que é a situação de maus-tratos e de abandono que todos os abrigos têm vivido, no Brasil inteiro. Se não fossem os protetores independentes, se não fossem as ONGs, se não fossem instituições como a SUIPA, como o Abrigo João Rosa, como a Quatro Patinhas, lá do Rio de Janeiro, como o Abrigo São Sebastião e outros tantos que nós temos no Estado, acreditem os senhores e as senhoras — e eu os saúdo aqui —, a situação estaria muito pior no Brasil.

Já está passando o tempo de o Governo como um todo pensar num amplo programa de políticas públicas para os animais, Deputado Luiz Carlos Ramos, que comportaria palestras, vacinação e, sobretudo, um grande programa de castração. Nós já estamos perdendo esse tempo.

O Governo entende, de um modo geral, e esta é principalmente a dificuldade da Izabel para resgatar a filantropia — ela não está resgatando —, que não se faz trabalho com humanos. Ora bolas, todas as instituições que estão personalizadas hoje na SUIPA — mas nós temos que abranger todos aqueles abrigos... O Deputado Ricardo Tripoli esteve comigo no Rio de Janeiro, visitou a SUIPA e deu uma magnífica palestra na OAB — foi uma satisfação para nós. Trago um abraço do nosso Presidente, Felipe Santa Cruz, que não pôde comparecer no dia, mas ficou muito emocionado com a sua presença lá. É preciso pensar grande. É preciso que as pessoas que amam verdadeiramente, que respeitam os animais, pensem em se unir no Brasil para pressionar o Governo. O Governo precisa ser pressionado a fazer um grande programa de políticas públicas no Brasil, sem demagogia, sem politicagem, mas objetivando o animal, porque existem doenças também transmitidas pelos animais aos seres humanos. Que seja esse o fiel da balança, se o Governo não quer, num primeiro momento, olhar a situação pelo lado dos animais. Que faça pelo ser humano, mas faça um programa de políticas públicas.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde — os dados não são nossos, da OAB, são dados da OMS —, há hoje cerca de 30 milhões de animais abandonados no Brasil. Segundo a OMS, 20 mil cães e 10 mil gatos. E nem estamos falando em murino, equino, bovino. Nem se fale!

Então, é importante, Deputado Aureo, que nós formalizemos isso juntos. A Ordem dos Advogados do Brasil, em todos os Estados, com certeza vai estar à



disposição desse tipo de trabalho, para fornecer dados. Nós temos Comissões formadas em todo o Brasil — no Ceará, em São Paulo, no Amazonas, em Santa Catarina... Agora no final do mês de outubro estarei em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, participando de grandes eventos que são feitos lá. Tenho a satisfação de ser convidado, e lá estarei. Todos os colegas estão interessados no canal que esta CPI, que esta Casa Legislativa abre neste momento.

Mas não podemos nos restringir — esta é uma modesta sugestão — à atuação, que com certeza será brilhante, desta CPI, conduzida brilhantemente pelo Deputado Ricardo Izar, a quem eu queria fazer uma homenagem. Tive a satisfação de comparecer à sua posse como coordenador da Frente Parlamentar dos Direitos Animais. Quero externar meu abraço fraternal ao Deputado Ricardo Izar, outro amigo querido.

Então, é preciso unir essas forças do bem, digo eu, essas forças que avançam na causa animal. É preciso ouvir, se possível, os colegas das OABs regionais, em cada Estado, porque cada um tem suas peculiaridades. Em Genipabu a situação é uma, no Sul a situação é outra, no Rio de Janeiro outra. Alguns Estados têm Município com maior número de comunidades carentes, então nestes é maior a quantidade de cães e gatos, mas não há dromedários. Nós temos no Norte mais dromedário e camelo do que... Cada um tem suas peculiaridades.

Deputado, fica a minha sugestão de se abrir depois um estudo. Perdoe-me se estou fugindo um pouquinho do tema, mas é que às vezes a minha porção biólogo fala mais alto do que a minha porção advogado — dizem isso. Então, eu quero aproveitar esta oportunidade para tentar deslanchar futuramente a sugestão de que seja ouvido cada colega nosso da OAB, de cada lugar, de todas as Comissões de Proteção e Defesa dos Animais, e também os ativistas e os protetores. Por que não? Nós formataríamos juntos um grande programa de políticas públicas e tentaríamos negociá-lo com o Governo.

Milhares de animais estão abandonados, e os animais muitas vezes nos passam mais carinho do que os próprios humanos. Só quem ama o animal sabe como o animal é fraterno, é amoroso, é querido, e não importa que ele não seja cão ou gato. Tem gente que cria porquinho, lindo, lindo, lindo.



Então, fique aqui esta mensagem nossa para que se formate uma ideia, um padrão, uma caminhada, tendo como espelho a SUIPA, que passou a ser parceira do Governo. Vejam os Srs. e as Sras. Deputadas do Rio de Janeiro que a SUIPA passou a ser parceira do Governo, resgatando o título de utilidade pública, e ainda assim tem uma dívida patronal em torno de 17 milhões de reais.

Na SUIPA, se você vai lá de manhã, encontra 100, 200 pessoas, cada uma com o seu bichinho no colo. O Deputado viu isso lá. É impressionante o atendimento, principalmente à população carente. Por isso é que, na luta para resgatar o título de utilidade pública federal da SUIPA, nós tivemos o apoio — eu não posso deixar de ressaltar — da Defensoria Pública da União, através do Defensor Público da União no Estado do Rio de Janeiro Dr. Eduardo Piragibe, que foi um parceiro nosso, sem medida, porque a Defensoria entendia, com muita razão, que a população carente também tinha direito a ter seus animais atendidos na SUIPA, que cobra uma taxinha mínima, de 20 reais, de 30 reais. Essa população não tem condições de pagar uma clínica particular, então a Defensoria Pública entrou conosco na luta e colaborou muito pelo resgate, após 20 anos, de uma resolução esdrúxula que tirou da SUIPA o título de utilidade pública.

Também ressalto aqui o papel, lá no Rio de Janeiro, Deputado, do Conselho Regional de Medicina Veterinária, realizado pelo Dr. Cícero Pitombo, que foi nosso aliado nesta causa. Fizemos uma congregação de amizade e de amor na OAB, na nossa Comissão, juntamente com o Conselho Regional de Medicina Veterinária e a Defensoria Pública da União, e avançamos nessa luta que culminou com o resgate do título de utilidade pública para a SUIPA, que vira com isto parceira do Governo, pode ter bens da Receita Federal, não paga algumas taxas... Houve alguns avanços, mas a dívida mesmo, isso só se resolve através de lei, que tem que ser feita, como nós sempre dissemos.

Então, eu queria agora, ainda na minha eloquência, e para terminar, já que estamos aqui não só discutindo o objeto desta CPI, mas também aproveitando a oportunidade que esta Casa Legislativa nos dá — somos muito gratos, nós como instituição —, mostrar uns 15 ou 20 eslaidezinhos. Porque eu vou fazer outro pedido a esta CPI, para extensão do trabalho desta CPI com os animais de tração, que são os cavalos. Eu faço aqui um pedido, em nome da nossa Comissão de Proteção e



Defesa dos Animais do Rio de Janeiro, e tenho certeza de que neste momento falo em nome de todas as nossas Comissões no Brasil, embora eu não tenha procuração para isso. Todas as colegas que estão nas Comissões são pessoas que amam os animais, que respeitam os animais.

Nós fizemos aqui, no mês passado, uma grande reunião. Foi a primeira vez, Deputado, que todas as Comissões da OAB do Brasil estiveram nesta Casa Legislativa. Durante 2 dias discutimos uma união das Comissões de Animais da OAB, para avançarmos nessa causa. Esta Casa sempre nos recebeu muito bem, por isso é uma honra e uma satisfação muito grande estar aqui.

Então, vamos passar rapidinho as imagens, porque advogado tem que ter fundamento e convencer.

(Segue-se exibição de imagens.)

Cavalo. Vejam a escravidão do animal! A Dra. Sônia Felipe determina bem que essa é uma escravidão moral. Temos cavalos escravos no Brasil inteiro.

O massacre que esses animais sofrem é uma coisa terrível, inimaginável!

Magro. Observem aqui as costelas — que absurdo!

Estas são fotos ilustrativas, porque nós viemos com um modelo de convencimento.

Vejam o absurdo. Eles ficam assim, maltratados, largados.

O Brasil tem muito disto: tradição de conveniência. Lá fora, na Europa, você tem tudo, até triciclo com teto solar para recarregar bateria, e as pessoas pedalam. Homens e mulheres pedalam triciclos — vou mostrar no final.

Sempre machucados, maltratados. Vejam o osso ali. Isso é comum no Brasil inteiro, não só no Rio de Janeiro.

Observem ali o bridão massacrando a gengiva. Eu ia trazer a peça, mas temi que o aeroporto não me deixasse transportá-la. Nas palestras que eu faço eu peço ao pessoal para segurar a peça e ver como ela é pesada. Massacra o animal.

Observem mais de perto. Muitas vezes ele rasga o lábio, outras vezes esfola a língua do animal.

Mais de perto, vejam lá.

Aqui, por outro ângulo. Isso é um massacre com o animal. Ele não aguenta.



Aí temos um desenho esquemático. Muitas vezes o bridão arrebenta língua, quebra dente, estoura o palato superior. Esses animais são submetidos a um massacre de 8 a 10 horas, 12 horas por dia, nas tradições de conveniência.

Muitas vezes, são guardados para descansar em lugares insalubres, com pouca alimentação, uma sujeirada danada.

Ficam largados assim nos coxos depois de trabalhar de 10 a 12 horas por dia.

Ou ficam assim, largados ao relento, sem nenhum tipo de tratamento. É conversa fiada dizer que veterinário fica cuidando dessa situação. Não fica. Lá no Rio tem muito inquérito sobre isso. O Conselho de Veterinária está em cima. Nós também estamos em cima.

Vejam lá. Largados. Repito, isto acontece no Brasil inteiro. E as fotos, repito, são meramente ilustrativas.

Largados. Isto não é pouco comum, não, gente. Eles são amarrados o dia inteiro, e aquilo vai roçando, roçando, roçando, e dá isso aí.

Largados. Reparem a penúria em que o animal fica, a tristeza em que o animal fica. Quem tem a possibilidade de estar sempre perto de um animal nota quando o animal está alegre e quando o animal está sofrendo.

Ou assim. É o fim deles. Sofrem do momento em que nascem até o momento em que morrem, servindo ao rei do universo, ao senhor dos universos, que é *o homo sapiens*, não é?

Aqui a mesma coisa com o gado, com o boi que puxa carroça.

A imagem é ilustrativa, senão iam dizer que eu só falei em cavalo, e nós temos que falar de todas as formas...

Você vê isso também, de brincadeira. A foto é ilustrativa, mas o cara está ali.

E alguns modelos. Você tem isso na Europa, de um modo geral. O teto aqui — reparem, por favor —, é um teto solar, que capta energia para a bateria que ele tem atrás. Ele pedala e tem a bateria também. E alguns não têm o teto solar, mas têm a bateria. É normal você ver isso na Europa e na América. Já estão substituindo. Até em Florença, na Itália, onde há tradicionalmente charretes, já são 60% de charretes — eu estive lá no mês passado — e 40% deste tipo de triciclo.

Cavalo de lata no Sul. Aqui no Sul, acho que no Rio Grande do Sul o Vargas já está fazendo isso, essa substituição da carroça, que está muito mais ligada à



pobreza, à humildade, enquanto a charrete está muito mais ligada à tradição de conveniência.

Bem, fica o nosso pedido, em meu nome e em nome de todos os colegas e, acredito eu, também daquelas pessoas que amam e respeitam os animais, Deputados, Deputados do Rio, todos os Deputados aqui presentes, para que se crie ou uma CPI ou um estudo detalhado sobre a tração animal, um estudo detalhado principalmente sobre os equinos, que são escravos durante toda a vida. Vamos avançar na CPI.

Fica a nossa modesta sugestão. Não queremos ensiná-los a fazer nada; pelo contrário, viemos aqui para aprender. Mas fica a nossa modesta sugestão, a sugestão de quem está aqui representando um segmento da sociedade que tem afeto, tem amor, tem respeito pelos animais e desenvolveu isso, no meu caso particularmente, até como missão.

Muito obrigado, mais uma vez, à Câmara dos Deputados. Parabenizo mais uma vez os Deputados aqui presentes por esta oportunidade que nos dão de nos pronunciar pela causa animal, pela luta desses seres indefesos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Dr. Reynaldo.

Antes de passar a palavra aos nobres Deputados e ao Relator, eu queria parabenizar o Deputado Aureo, por ter proposto o debate da atuação das ONGs, da sociedade civil organizada, na proteção dos animais.

Esta CPI foi criada para apurar casos de maus-tratos de animais domésticos, principalmente, mas eu, por exemplo, sou Sub-Relator para tratar de animais silvestres. Vamos dar ênfase principalmente ao atropelamento de animais silvestres. O tráfico já foi objeto de uma CPI nesta Casa, então vamos aproveitar o material que foi sistematizado, organizado na outra CPI.

Mas esta CPI também tem o objetivo de produzir e propor políticas públicas para o Executivo — principal objetivo desta Casa — e de buscar caminhos para solucionar boa parte da razão da existência de vocês, as organizações que atuam nessa área.

Eu sou, antes de ser Deputado, desde 1979 até o ano passado, um militante da sociedade civil organizada. Minha atuação sempre foi mais no campo



socioambiental — meio ambiente, populações tradicionais, direitos humanos. Eu era de uma organização que faz parte da ABONG e aqui na Câmara estou coordenando a Frente Parlamentar em Defesa das Organizações da Sociedade Civil. Por isso, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Aureo de trazer para a discussão no dia de hoje a atuação das ONGs.

Nós sabemos da quantidade enorme de organizações, de pequenos movimentos, de organizações de todo tamanho, várias formas de organização, que a sociedade cria em defesa dos animais. Os senhores sabem o quanto disso há espalhado no Brasil afora, com trabalho voluntário na maioria das vezes, em 99% das vezes.

O que nós percebemos — estou dizendo isto porque é a mesma a situação das organizações da sociedade civil em geral e das organizações que trabalham em defesa dos animais — é que nós ainda não temos no Brasil a cultura política de ter um Estado que garanta, que respeite e que reconheça a importância política da sociedade civil organizada.

Se formos pegar o exemplo dos direitos humanos, ou da luta pela liberdade, e formos pensar no período em que ficamos na escuridão, o período da ditadura militar, veremos que quase não havia sociedade civil organizada, porque, quando ela existia, as pessoas corriam o risco de ser presas, torturadas, expulsas, exiladas. Era assim em todas as áreas, não só na área de direitos humanos, não só na área de quem faz um pouco mais de enfrentamento político. Não havia esta possibilidade.

E a sociedade civil organizada ajudou a democratizar o País. E, quando eu falo em sociedade civil organizada, refiro-me a entidades ligadas a igrejas ou entidades autônomas, com diversas formas de atuação, lá tão distantes, em lugares a que o Estado não consegue chegar com suas instituições, com suas políticas, como no sertão afora, como também no sertão das grandes cidades, na periferia das grandes cidades.

Eu posso citar um exemplo. Todo mundo sabe, por exemplo, de grupos de jovens que tentam montar um grupo de *rap* ou de futebol, seja lá o que for. De repente, como não contam com o apoio do Estado, acabam caindo nas garras do narcotráfico, que é onde às vezes conseguem o apoio, o financiamento para as suas



atividades. Então, as organizações da sociedade civil que estão nesses lugares acabam disputando com o narcotráfico.

Então, eu queria parabenizar a iniciativa dos senhores de colocar também a Frente Parlamentar a serviço. Porque nós aqui na Câmara, nós temos de novo a oportunidade de avançar num marco regulatório que acerte de uma vez por todas essa relação do Estado com a sociedade civil. O marco regulatório, que era para já começar a valer no meio deste ano, foi jogado por uma medida provisória para o final do ano. Mas temos a possibilidade de avançar, e de avançar no sentido de fazer com que, de uma vez por todas, o Estado reconheça a importância política dessas organizações.

E também faz parte do reconhecimento político criar mecanismos que desburocratizem, canalizar recursos para que essas organizações possam trabalhar. Há organizações que não querem recursos por opção política, mas há também aquelas que necessitam do recurso e que fazem um trabalho que deveria ter o apoio do Estado. Há organizações que têm muita dificuldade para coletar os recursos necessários para poder desenvolver as suas atividades, e, quando coletam, às vezes acabam gastando 20%, 30%, 40% dos recursos coletados com o recolhimento de contribuições e impostos para o próprio Estado.

Então, estamos discutindo na audiência de hoje a situação da sociedade civil, mas é importante entender que isso faz parte de uma luta muito maior, que envolve outras áreas aqui dentro da Câmara, a luta para reconhecermos, de uma vez por todas, a importância política da sociedade civil organizada.

Eu passo a palavra agora para o Relator da nossa CPI, o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Bom dia a todos. Eu queria inicialmente cumprimentar o Sub-Relator que preside esta sessão, o nobre Deputado Nilto Tatto, e também os nobres Deputados Chico Lopes, Aureo, que é o proponente desta nossa reunião, Victor Mendes, Luiz Carlos Ramos, Ronaldo Nogueira, Adilton Sachetti, enfim, todos os Parlamentares que já passaram por aqui — hoje é um dia em que temos muitas reuniões na Casa.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito também se sente muito honrada hoje em receber figuras expressivas da sociedade. Quero cumprimentar a Dra. Luciana



Bertini, representante do Ministério Público, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal; o Dr. Reynaldo Soares Velloso, que representa a Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da nossa Ordem dos Advogados no Brasil, seccional do Estado do Rio de Janeiro; e a nossa querida Izabel Cristina Nascimento, carinhosamente tratada por “Bebel”. Se alguém chegar ao Rio de Janeiro e perguntar por Izabel Cristina protetora dos animais, vai achar muito difícil encontrá-la, porque ela só é conhecida lá como “Bebel”, e não só no Rio de Janeiro, mas também fora do Rio. Quando ela diz que era nossa comissária de bordo, ela na verdade estende um pouco a gentileza que tinha à época em que era funcionária da VARIG para atender aos nossos queridos animais, principalmente os domésticos.

Acho que esta reunião fala por si. Eu discuti a questão das entidades. Recordo-me de quando, há 15 anos, eu propus e consegui aprovar, lá no Estado de São Paulo, o Código Estadual de Proteção aos Animais. Houve uma certa celeuma. As pessoas não entendiam o grau de importância de termos um Código específico que pudesse atender à demanda dos nossos animais. É bem verdade que alguns de seus artigos sofreram ADIN, a chamada ação direta de inconstitucionalidade, mas o corpo todo da lei é hoje muito utilizado, por promotores de Justiça, por juízes, por advogados, nas suas sustentações. Então, honra-me muito ter conseguido naquele colegiado — o esforço foi de todos os Deputados Estaduais da época — empenho para a aprovação de um código estadual.

Aqui no Congresso Nacional a coisa é um pouquinho diferente. O preconceito é um pouco maior no que diz respeito à proteção dos animais. Tanto isto é verdade, que, aqui chegando, apresentei um projeto para instituir o Código Nacional de Proteção dos Animais, que obviamente abrange os domésticos, os silvestres e os chamados exóticos, que são os animais importados de outros países. Este projeto está parado há 8 anos. O Presidente da época criou uma Comissão Especial, mas, quando se cria uma Comissão Especial e os Líderes não indicam os seus membros, nós sabemos que a Comissão fica *ad eternum* aguardando até que alguém tenha boa vontade, até que a Presidência da Casa disponibilize o projeto. Muitas vezes se apresenta um parecer no plenário, para que as ideias avancem.



Mas eu queria falar um pouquinho sobre o mérito dessas entidades. O que me chama um pouco a atenção é que, embora o Dr. Reynaldo tenha feito um trabalho fantástico lá no Rio de Janeiro, já tendo conseguido a declaração de utilidade pública, um avanço no que diz respeito ao que lá existia, é que as duas entidades mais antigas no Brasil de proteção aos animais — a UIPA, no Estado de São Paulo, e a SUIPA, no Estado do Rio de Janeiro, uma com mais de 70 anos, a outra com mais de 100 anos de existência —, pasmem as senhoras e os senhores... Hoje, qualquer universidade privada é entendida, é tratada como entidade filantrópica, isto é, como entidade que não tem lucros e que faz filantropia. E, sendo filantrópica, ela está isenta do pagamento de uma série de impostos, de taxas, de contribuições de melhoria. Pois bem, essas duas entidades, que estou citando porque são emblemáticas — mas com certeza há outras, que não têm o mesmo tempo de existência, mas também fazem um serviço meritório —, elas não têm a titularidade de filantropia, ou seja, estão obrigadas a recolher impostos. E, mais do que isso, quando não recolhem os impostos, são acionadas pela Procuradoria, que, obviamente, faz a cobrança dos impostos, obrigando que as entidades, no caso do INSS patronal... Se não me falha a memória, Bebel, vocês têm mais de 10 milhões em dívida hoje, não é isso?

A SRA. IZABEL CRISTINA NASCIMENTO - É. Na última vez, estava em torno de uns 15 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quinze milhões. São Paulo, parece-me, tem dívida na faixa de 2 ou de 3 milhões.

Imaginem uma entidade que tem 150 funcionários voluntários — eu tive a oportunidade de conhecer ambas as instituições; estive no Rio de Janeiro há pouco tempo —, funcionando embaixo de um viaduto, em local oferecido pelo Ministério Público e pelo Juiz da Comarca do Rio de Janeiro, com apoio da Ordem dos Advogados, aqui do Dr. Reynaldo, num local de expansão onde eles pudessem ter alguma condição de funcionamento. Numa cidade como o Rio de Janeiro, que é extremamente grande e que recebe animais não só da própria cidade, mas também de cidades vizinhas, mais de 8 mil animais, entre cães, gatos, cavalos — e lá eu verifiquei outros tipos de animais —, isso é extremamente difícil.



As entidades não têm, como foi dito aqui, nenhum recurso governamental, de nenhuma das três esferas, municipal, estadual e federal, para medicamentos, para a parte cirúrgica, para a alimentação, para a assepsia, para a limpeza local. A situação é constrangedora. Essa acomodação foi feita ao longo dos anos. Não se imagina um dia termos um pequeno edifício, com 2 andares, com 3 andares, que comporte todo esse grupo de pessoas que se dedicam diuturnamente à causa da proteção dos animais.

Eu lá na Bebel verifiquei que ela tem um *telemarketing* improvisado, com algumas pessoas numa sala que é dividida com alguns cães. Nesse local, elas ficam o dia inteiro telefonando, buscando contribuições, e contribuições que não são de grande porte, não, são contribuições de pequeno porte.

Eu conversava com ela outro dia, e ela me dizia: *“Olha, veio uma pessoa aqui para ser atendida e eu disse a ela que havia um custo mínimo para o tratamento daquele animal”*. Era só para colaborar com 20 ou 30 reais, se não me falha a memória. Mas a pessoa não tinha, era uma pessoa simples, uma pessoa pobre. A Bebel então disse: *“Não, o animal não vai deixar de ser tratado por conta de você não ter os 20, 30 reais”*, que era o custo do produto que iria ser aplicado naquele animal, o custo do medicamento. Muito bem, o sujeito pagou. Ela me disse que essa pessoa compareceu três vezes ao local, levando cada vez um terço do valor, em moeda, para pagar o serviço prestado ao seu animal. E dizia a ela: *“Olha, eu não posso deixar de pagar. Eu não posso pagar tudo de uma vez, mas você salvou o meu animal, portanto eu tenho a obrigação de pagar. Eu não posso levá-lo ao veterinário, eu não posso levá-lo a uma instituição que me dê tranquilidade e garantias, mas eu faço questão, porque esse dinheiro não só ajudou a socorrer o meu animal, como também vai ajudar a socorrer o próximo animal que virá aqui no seu pronto atendimento”*. Ora, isso é uma demonstração inequívoca de que essas instituições necessitam do empenho, do trabalho, da dedicação do Congresso Nacional. Quantas vezes nós vemos milhões, bilhões serem gastos em atividades que não têm o impacto que tem esta?

O animal doméstico hoje faz parte da família. Antigamente, o pessoal brincava com isso. Hoje isso é sério. Eu conheci outro dia uma senhora numa fila de castrações, Deputados, uma senhora idosa. Perguntei a ela por que ela tinha tanto



apego àquele animal. Ela me disse o seguinte: *“Depois que meus filhos cresceram e me abandonaram, é a única pessoa que me faz companhia”*. Ela não disse cão, não disse animal, ela disse “pessoa” que me faz companhia. Portanto, aquele animal é que conversa com ela, assiste à televisão com ela, participa da vida dela, vai ao supermercado com ela, enfim, que tem uma atividade diária de incorporá-la como um ser da família.

Então, é uma tarefa muito importante da vida do ser humano não deixar que seus animais sejam maltratados. Não há nenhum motivo para isso.

Os Governos não tomam iniciativas. Nós não temos clínicas municipais. A cidade de São Paulo tem duas clínicas, que o Roberto, meu irmão, conseguiu lá na Prefeitura de São Paulo e que atendem pessoas que ganham até três salários mínimos. Há um hospital de alta complexidade, só que a demanda é alta, então é preciso inaugurar mais dois para dar conta do atendimento.

Então, enquanto o Estado não cumpre o seu papel, as entidades protetoras de animais exercem essa função. Eu faço um apelo à nossa representante aqui do Ministério Público. Quando houver passivos ambientais, que eles sejam carreados, que eles sejam destinados às instituições protetoras dos animais.

Eu tenho, de vez em quando, alguns “pegas” com o pessoal da área de florestas, porque, quando há um desmatamento ilegal, ou uma apreensão de madeira, ou qualquer outro tipo de agressão ambiental, impõe-se, obviamente, uma pena, normalmente pecuniária. O delinquente, o criminoso que cometeu o delito deve pagar em pecúnia, em dinheiro, uma boa parte da pena, além de ficar obrigado a recompor a área que ele agrediu. Então, seria importante que nós tivéssemos um fundo para atender, em cada um dos Estados de nossa Federação, a essas entidades. Eu acho que o recurso não iria cobrir todas as despesas, mas um aporte nesse sentido ajudaria muito as entidades a dar continuidade a esse trabalho, e daria condições também a entidades menores, de outros Estados, de outros Municípios.

Antes de ontem tivemos uma reunião na Comissão de Meio Ambiente. O representante do Ministério da Saúde deixou muito claro que essa não era uma função do Ministério da Saúde. Nós havíamos dito lá — eu vejo que há um representante aqui do Ministério da Saúde — exatamente isto: como é que não é



questão? Eles não entendem a proteção do animal como um problema de saúde pública, mas, quando há vacinação antirrábica, o Ministério aporta recursos para a aquisição de vacinas pelos Estados e Municípios. Então, há um jogo de empurra também. Você não sabe se a questão é do Ministério do Meio Ambiente, se é do Ministério da Saúde, se é do Ministério da Agricultura. Quanto aos animais de produção, faz sentido que seja da Agricultura. Mas quando se trata de animais de criação, principalmente os domésticos, não. Estes tinham que estar vinculados ao Ministério da Saúde.

Para que se tenha uma ideia, vários Deputados, inclusive eu, já apresentamos emendas para tentar atender as entidades protetoras dos animais, mas esses recursos não chegam, porque dizem que não há uma rubrica específica que atenda, no Ministério da Saúde, às entidades protetoras dos animais. Ou seja: há um preconceito. Não adianta dizer que temos um artigo, que temos uma portaria. Portaria e artigo, isso não é lei! A questão infraconstitucional nós temos que resolver. Temos que dar um direcionamento de política pública, seja lá em que esfera do Governo, Estadual, Municipal ou Federal, para que se abra essa questão e se comece a perceber que isso vem acontecendo e que é um clamor da sociedade.

Não há mais como mais fingir que esses animais não existem. Antigamente, era muito fácil, muito simples: nós tínhamos a figura da carrocinha e tínhamos aquelas câmaras de contenção de ar onde os animais eram jogados, 50, 60 animais. Fechava-se a câmara, retirava-se o ar, e, por asfixia, fazia-se o controle populacional de cães e gatos. Depois os corpos eram jogados no lixo, num lixão a céu aberto, ou num aterro sanitário. Essa era a forma utilizada pelo Governo na década de 30, de 40, de 50, e ainda na década de 60. Na década de 70 já mudou essa condição. Nós temos ainda a eutanásia, por diversas razões, como uma que nós discutimos na Comissão de Meio Ambiente, que era a questão da leishmaniose, um problema sério a que o Ministério da Saúde precisa dar destino. Esperamos que o novo Ministro da Saúde olhe um pouco mais para a questão da proteção dos nossos animais. Com certeza, teremos um alento. Um sinal da Fazenda e do Planejamento, em nível nacional, também seria muito bom para que as Secretarias de Fazenda dos Estados e dos Municípios entendessem a importância de termos



esse canal de recursos destinados a essas entidades. Eu acho que nós temos que começar a lidar com essas questões.

Eu conversava agora há pouco com a assessoria da nossa CPI, que é *expert* na área penal. O Brasil precisa começar a depositar a figura de fé pública nas pessoas. Eu acho que nós temos que fazer o encaminhamento jurídico das figuras como elas devem ser. O não cumprimento, sim, tem que ter penas muito rígidas, muito duras, não só pecuniárias, mas também de detenção, de reclusão. Enfim, temos que ser duros, mas o Estado tem que entender as pessoas como sérias. E o Estado faz o inverso, desconfia de todo mundo até o momento em que passa, depois de certo ponto, a acreditar: *“Esta entidade é séria, este pessoal colabora, portanto vamos atendê-los”*. Não. Nós temos que partir do princípio de que as entidades protetoras dos animais, de que alguém que deixa o seu lazer, a sua casa, a sua profissão — vamos dar o exemplo concreto da Bebel —, e se incorpora num projeto para atender cães e gatos gratuitamente, aos sábados, aos domingos... Ela não disse isto aqui, mas até o sítio dela virou uma extensão da entidade que ela tem, que ela preside hoje, e comporta vários cães e vários gatos. Mas isso vale para o Brasil inteiro.

Eu, quando cheguei à Câmara Federal, tive uma surpresa incrível. Eu imaginava que essas coisas acontecessem em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, talvez em alguns Estados do Sul. Mas não, o Brasil inteiro tem essa preocupação.

Portanto, seria importante, seria fundamental que nós nos empenhássemos mais perante o Presidente da Casa em favor de projetos com essa iniciativa, pelo menos para que as emendas chegassem ao destino correto, e não mais, como hoje, numa combinação com Prefeito e com Governador, a verba ser colocada numa determinada função que não tem nada a ver com ela, para depois ser desviada, numa realocação, para dentro dos Governos Municipais e Estaduais. Precisamos fazer com que elas atendam a compra de vacinas, de medicamentos, de alimentos.

Eu fico realmente muito contente de estar hoje à frente desta reunião como Relator. Tenham a certeza de que no meu relatório irão constar todas essas dificuldades. E temos que incorporar outras instituições à nossa luta, instituições da área médica e da área jurídica. A OAB pode e deve prestar um grande serviço,



como o que o Dr. Reynaldo vem prestando no Estado do Rio de Janeiro: pegando na mão, conversando, levando, apresentando, enfim.

Eu acredito ser esta reunião uma das mais importantes. Espero que ela consiga avançar no sentido de forçar as pessoas a perceber a situação. Quando se conversa individualmente com as pessoas, percebe-se que todas têm carinho pelos animais. Mesmo que estejam em condição politicamente diferente — esta questão é suprapartidária, ela não tem conotação político-partidária, muito pelo contrário —, todos os Parlamentares sempre demonstram ter apreço por esta causa. Mas, quando se forma um colegiado, percebe-se a dificuldade em dar prioridade a uma questão desta envergadura.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Ricardo Tripoli.

Eu passo a palavra para o Deputado Aureo, que é o requerente, e já convido o Presidente da Comissão, Deputado Ricardo Izar, a assumir seu posto.

O SR. DEPUTADO AUREO - Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Ricardo Izar; a Sra. Luciana, representante da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal; o nosso Relator, Deputado Ricardo Tripoli; o Dr. Reynaldo Soares, representante da Comissão de Proteção e Defesa dos Animais da OAB do Estado do Rio de Janeiro; a Izabel Cristina, Bebel, representante da SUIPA, do Rio de Janeiro, que muito nos orgulha — é muito bonito o vídeo.

Eu acho que é um desafio nosso, desta CPI, criar uma legislação, porque estamos enfrentando esse problema e vendo a dificuldade que é mandar recursos para possibilitar que seja feito um simples trabalho com *trailers* — esse recursos poderiam ser enviados para um Município pequeno, para que o *trailer* ficasse na praça e servisse às pessoas que têm animal e precisam de atendimento. Esse *trailer* é uma coisa tão barata, só que nós não conseguimos destinar, através de uma emenda, recursos para o Município.

Mas nosso desafio é maior do que isso. Nós sabemos dos maus-tratos. Então, vamos discutir isso por 10 anos. Vai chegar um momento, daqui a duas



legislaturas, em que nós vamos discutir de novo a questão dos maus-tratos nos animais.

Hoje, pessoas compram um cachorrinho por 10 mil reais, 15 mil reais, e outras pegam um cachorrinho na rua, mas têm o mesmo amor, expressam o mesmo sentimento pelo seu animal.

Nós vivemos um momento de crise no Brasil. Está instalada no nosso País uma crise, em razão da qual as pessoas têm que escolher se cuidam do seu filho, da sua criança, ou do seu cachorro, porque não têm recurso, hoje, para comprar ração para o seu cachorro: se elas comprarem ração para o cachorro, não têm recursos para comprar o leite do seu filho. Esta é uma realidade que estamos vivendo no Brasil devido ao desemprego. Por exemplo, no COMPERJ, complexo instalado na cidade de Itaboraí, no Rio de Janeiro, 25 mil pessoas perderam o posto de trabalho. Isso gera uma preocupação muito grande, porque o animal de estimação, por mais dor que exista, vai para a rua e se torna um animal de rua, ou então é levado para a SUIPA e lá fica preso. Entregam esse animal para a SUIPA com toda a dor do mundo, mas têm que escolher cuidar do seu filho, do bem mais precioso da família.

Hoje temos um problema instalado no Brasil: o Ministério da Saúde não consegue cuidar do animal humano. Você chega a um hospital hoje e vê como é tratado um animal humano em nosso País; percebe a dificuldade do Governo em cuidar do animal humano quando precisa fazer uma cirurgia. Se o Governo que está instalado no Brasil hoje não consegue cuidar do ser humano, o que nós podemos esperar dele no que diz respeito aos cuidados com os animais?

É um Governo falho na atuação política, um Governo falho na economia, um Governo que não consegue encontrar o caminho para o Brasil voltar ao crescimento, um Governo que hoje está totalmente desequilibrado, desesperado, e a cada dia há uma nova informação.

Porém, esta Comissão tem um papel importantíssimo, fundamental, Deputado Ricardo Izar, Deputado Nilto Tatto e Deputado Ricardo Tripoli, que é o de regulamentar isso e dar aos Municípios a oportunidade de receberem recursos do Governo Federal, diretamente ou através de emenda, para que possam enfrentar esse grande problema.



A SUIPA já superou todas as crises, apesar de dever, o que é uma realidade hoje de todas as instituições no nosso País, até mesmo por causa das mudanças na legislação. Houve um momento em que achavam que as ONGs desviavam dinheiro. Aí começou-se restringir o repasse de dinheiro para ONGs, porque “ONG desvia dinheiro”, porque “ONG é isso”, “ONG é aquilo”, e começaram a tirar todos esses recursos que poderiam ser repassados para as instituições. Mas o que nós vemos na televisão é diferente: o que nós vemos na televisão é que a PETROBRAS desvia dinheiro; que os agentes públicos desviam dinheiro e estão enriquecendo. Isso é um grande transtorno em nosso País.

Eu acho que nós temos que repensar isso. Este é um momento em que o Brasil precisa ter uma atenção especial. O mundo tem sinalizado isso. Eu vou apresentar, na semana que vem, um requerimento para que nós possamos cuidar da questão da tração animal, do problema dos cavalos, em Paquetá, no Rio de Janeiro — tudo é despejado na Baía de Guanabara. Nós estamos falando da limpeza da Baía de Guanabara e também da tração, pois tudo é despejado na Baía hoje sem nenhum cuidado da Prefeitura ou do Estado. Então, eu acho que nós temos que ter atenção e clareza quanto ao que estamos discutindo.

Tenho certeza do compromisso do Deputado Ricardo Izar e do Deputado Tripoli com a causa. Sei que nós vamos conduzir os trabalhos de modo a que seja produzido um bom relatório e sei que vai haver mais audiências públicas. Agora, é importantíssima a sugestão por escrito da SUIPA sobre o que nós podemos mudar. Está vindo da OAB do Rio de Janeiro uma sugestão para a Comissão sobre o que nós podemos apresentar de legislação, o que nós podemos apresentar nesta Comissão para encontrar o caminho do cuidado com os animais em nosso País.

Eu acho que os senhores desenvolvem um trabalho belíssimo nesta causa. Eu também tenho animais de estimação, e quem tem animal em casa sabe o quanto isso ajuda seu filho no desenvolvimento, na questão do apego. Mas nós também temos que considerar a realidade atual do nosso País, saber como está sofrendo o trabalhador brasileiro e ter consciência de que vai aumentar essa população de animais na rua, porque a pessoa vai ter que fazer uma escolha: ou cuida da sua família ou cuida dos animais de estimação. É dessa maneira que o Governo tem conduzido a população a viver.



Nós estamos vivendo um momento em que o dólar vai chegar a quase 5 reais. Todo mundo está assistindo a isso; o Governo está assistindo a isso. Há uma crise instalada por um Governo cansado, que vem, há muito tempo, comandando o nosso País e não consegue encontrar um caminho. Que entregue todo o Governo! Que faça uma reforma política e entregue todo o Governo, para que possa encontrar uma solução e pare de tentar administrar o Brasil e acabar com o País, como tem feito.

Eu estou do lado do Deputado Ricardo Izar e do Deputado Ricardo Tripoli para que possamos encontrar um caminho e produzir um bom relatório.

Obrigado.

Parabéns pelo trabalho dos senhores! Contem com o nosso trabalho no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra ao Deputado Chico Lopes, eu queria cumprimentar a todos e pedir desculpas pelo atraso. Eu estava no Ministério e depois fui ao IBAMA para ver o caso do leão, no Rancho dos Gnomos, que vai, não vai.

Os senhores sabem que a resolução do IBAMA permite levar o animal para um zoológico, mas não permite levá-lo para um santuário? Eu nunca vi isso. Deveria ser o contrário, mas tudo bem.

Só para complementar, Deputado Aureo, sobre o que V.Exa. disse, eu queria pedir o apoio dos membros desta CPI, porque nós demos entrada, no ano passado, em uma PEC justamente para isso. Hoje, as entidades de proteção do animal fazem um papel que deveria ser função do Estado, porque está na Constituição que é dever do Estado preservar a sua fauna, e ele não faz isso; quem faz é a sociedade civil, através das ONGs. E, como prêmio, elas ganham dívidas e a obrigação de pagar tributos.

Então, nós apresentamos uma PEC no ano passado, e eu queria até sugerir ao Relator que incluísse no relatório um regime de urgência para ela, porque ela inclui entre as entidades isentas de tributação as entidades de proteção animal.

Com a palavra o Deputado Chico Lopes, Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Primeiro, quero parabenizar esta Comissão pela convocação de pessoas ilustres para nos ajudar.



Deputado Aureo, eu queria que esta CPI se preocupasse com o animal. Se é para politizar, eu lhe recomendo o texto da CNBB intitulado *O Estado que Temos e o Estado que Queremos*. Venho agora da missa na CNBB — sou cristão praticante —, e digo-lhes que, se a Dilma fosse culpada... O companheiro da OAB falou sobre os animais feridos. O senhor não apresentou um eslaide sobre isso?

Eu fui menino de rua e trabalhei com animal. Eu era o que nós chamávamos de carroceiro. Vendia açúcar no subúrbio, onde só tinha areia, lá no Pirambu, e a Dilma não era Presidente da República. A minha preocupação é esta.

Sei que cachorros e animais em geral não são baratos. A tosa é cara, o veterinário é caro. Para levar meu animal de avião até Fortaleza eu pago 100 reais. Então, nós não podemos querer qualificar a questão dos animais, o bem-querer pelos animais, de acordo com o Governo de plantão; não interessa se ele está bem ou não. Nós éramos educados para criar cachorro amarrado no quintal e comendo resto que sobrava da mesa da sociedade, e a Dilma não era Presidente da República nesse período. Então, vamos nos ater à nossa preocupação.

Qual é o papel das universidades que têm curso de Veterinária diante da sociedade, das pessoas que não têm educação, nem conhecimento? Porque para haver conhecimento tem que haver educação. A pessoa pode ter todo o carinho, mas bate, amarra, o cachorro tem pulga. São duas realidades sobre o mesmo assunto que nós estamos querendo resolver.

A Geuza Leitão é Presidente lá, o senhor deve conhecer. Nós tiramos dinheiro do bolso para fazer certas coisas.

Graças a Deus, fui analfabeto até os 12 anos, mas hoje tenho uma profissão. Sou comunista por convicção. Faço militância porque eu posso viver bem sem esse negócio aqui. Vivo até melhor, porque não tenho que ouvir certas coisas que saem da política para serem um desabafo pessoal, criando uma discussão que não merecia ser colocada nesta questão.

Dito isso, vamos ver as sugestões. Nós vamos ter reunião com o Relator. Eu sou Sub-relator. Esta CPI vai servir para definirmos alguns mecanismos para melhorar esse relacionamento. Eu vou apresentar a proposta de realização de um seminário com todas as ONGs e todas aquelas pessoas para criarmos um mecanismo de melhoria das legislações, com o apoio dos Deputados, das



universidades que têm curso de Veterinária, dos Governos dos Estados, que também podem ajudar, já que têm departamento de fiscalização etc.

Animais são todos; não é só cachorrinho, como o meu. Por exemplo, se você morar em um apartamento com aqueles cachorros grandes, como é que fica? E existem cachorros bem grandes, como os que servem para puxar cego etc. Então, o nosso universo é muito mais rico do que querer tirar a Dilma do poder. Se, tirando a Dilma, fosse chover mel e o Brasil fosse ficar uma maravilha, eu votaria a favor. Mas e a pessoa que tem avião com 15 quilos de cocaína lá no seu quintal e não acontece nada com ela? E quem tem dinheiro na Suíça, de quem nunca mais falaram — agora eu estou na Comissão que trata da repatriação de dinheiro? E quem é do PSDB que está indiciado? E a imprensa cobre?

O que é isso, gente? Então, vamos voltar para os nossos animais, porque eles são carinhosos e, quando nos mordem, nós damos um cascudo neles, mas os colocamos no braço de novo. Às vezes, servem para ficar perto dos idosos, das pessoas que ficam em casa.

Eu estou aqui porque gosto dos animais. Não fiz opção; eu gosto dos animais. Trabalhei e ganhei alguma coisa com jumento. Jumento não tem mais função no Ceará como tinha antes, quando fazia parte da nossa economia. Hoje, já estão sendo mandados para a China para serem comidos, e nós estamos com esse problema aqui.

Mas e o cidadão que pegou 40 cachorros e os levou para matar afogados? Não foi a Dilma que meteu na cabeça dele que ele poderia fazer essa estupidez. Então, vamos baixar a nossa bola e discutir aqui o que interessa. Tanto comunistas como não comunistas gostam de animal. Nem por isso eu vou dizer que os comunistas são mais danados com os animais. Há comunista que também mata animal. Então, vamos baixar a bola, se nós queremos um trabalho correto.

A minha sugestão, diante disso — vou também convidar a Geuza para nos dar a sua contribuição —, é a seguinte: nós temos, Deputado Ricardo, que sair desta CPI com leis mais modernas de proteção dos animais. Como é que conseguimos fazer com que as faculdades... Lá no Ceará, nós temos uma faculdade estadual que tem um curso de Veterinária. Nós conseguimos convencê-la a cobrar 5 reais das



peessoas... Mas às vezes a pessoa não tem o dinheiro do ônibus para levar o diabo do cachorro. Aí vai a pé, puxando...

E outra: o seminário não deve sair só da cabeça das pessoas aqui, mas das que convivem no dia a dia com a questão. Não dizem que a lei vem do povo, dos usos e dos costumes? Vamos trazer o pessoal que milita nessa área, que está no dia a dia. Há pessoas que vivem vendendo cachorros; tiram o seu sustento da venda de animais — e animais caros. Nós, que somos classe média e que somos chatos — o bicho parecido conosco é a classe média —, temos cachorro, mas sabemos o quanto gastamos com isso, com injeção e tudo.

Pois bem, nós vamos nos reunir com os Relatores, e umas das sugestões que quero dar é que façamos um seminário. Melhor se puder ser distribuído por regiões, para haver mais participação, porque para vir para cá há um custo.

Também deveríamos ver como se matam os animais para nós comermos. Podemos ir a esse grande cara lá de Mato Grosso, porque hoje quase todo mundo come carne que sai de lá.

E lá no Ceará nós estamos com problema para fazer consórcio entre as Prefeituras para ver como é que se tem, modernamente, um abatedouro. Lá os animais continuam sendo abatidos com machado, batendo no meio da testa. Aí o animal cai tremendo e pega-se a faca. Temos isso...

Agora, vamos colocar o pezinho no chão e focar o que nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu já tinha falado, mas me inscrevi para falar novamente porque acho que o Deputado Aureo, que, com sabedoria, propôs esta discussão na Comissão, errou no pé e não ouviu a sábia recomendação que já ouvimos do Deputado Ricardo Tripoli e que foi muito bem reforçada, agora, pelo Deputado Chico Lopes.

Nós, aqui, temos uma missão e temos que passar por cima dos nossos partidos, das nossas ideologias, mas eu não poderia deixar de responder ao Deputado, pelo menos, por duas razões.

Eu moro na periferia de São Paulo e lá eu observo o quanto aumentou o número de *pets* na periferia. E isso deve ser no Brasil inteiro. O aumento do



números de *pets* é sinal que há muito mais gente que está, pelo menos, tratando melhor o seu animal de estimação. Não estou dizendo que, de repente, ali o *pet* é melhor, mas as pessoas lá estão fazendo isso. Então, a mudança na qualidade de vida das pessoas no Brasil inteiro se reflete também, conseqüentemente, em menos maus-tratos nos animais domésticos que essas pessoas têm em casa. Eu estou dizendo isso porque conheço e sei — também vivi na roça — como as pessoas tratam os animais domésticos, principalmente quando se vai para a roça, quando não há condição. Sabemos como é.

Então, aquilo de que o Deputado Aureo está falando pode até acontecer, mas não é tudo aquilo.

A outra coisa que eu queria também colocar aqui e reforçar é que um dos objetivos desta CPI e desta reunião de hoje é o reconhecimento do papel das entidades. Deve haver por parte do Estado o reconhecimento do papel das organizações da sociedade civil, inclusive daquelas que trabalham com animais. Além disso, devemos voltar a fazer, no âmbito da lei — o que tem a ver com aquilo que o Deputado Ricardo Tripoli colocou — a caixinha onde os Deputados possam colocar emendas. Isso deve ocorrer em todas as esferas.

Eu quero também aproveitar e dizer que as organizações da sociedade civil caíram no limbo e entraram em um processo de criminalização porque entidades, principalmente ligadas ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, desviaram recursos públicos do Ministério do Trabalho. Por isso as entidades não podem mais receber dinheiro de emendas parlamentares. E isso não vale só para as entidades que trabalham com os animais, mas para todas. Então, nós precisamos recolocar a importância do papel das entidades. Essa luta não é só das outras entidades, de outras áreas, mas também dos militantes da área de defesa dos animais, para terem o reconhecimento pelo Estado do papel que desenvolvem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o deputado Luiz Carlos Ramos, o Deputado do chapéu.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - Bom dia, Presidente.

Quero agradecer a todos os que estão na Mesa pela contribuição que têm dado hoje a esta CPI.



Falou-se aqui em fundo de recursos. É a grande dificuldade. Se, para se fazer um fundo, for necessário colocar alguma contribuição... A sociedade não quer pagar mais imposto para nada. E o imposto que a sociedade paga, bem como as multas, ela não gostaria que fosse para esse setor.

Eu sou dirigente partidário. Gosto de ser dirigente partidário. Mas eu não concordo com o atual sistema, segundo o qual o dinheiro da multa paga por quem deixou de ir à urna vai para o partido, a fim de ajudar a manter os seus escritórios, os seus funcionários. Isso é outra coisa para a qual nós mesmos, dentro do partido, temos que contribuir, através dos nossos representantes legais.

Quanto à multa aplicada a nós, por irregularidades que cometemos em campanha, eu até concordo que seja direcionada para os partidos; afinal, é paga pelo próprio político, pelo próprio candidato. Mas não acho que a multa aplicada àquele eleitor, àquele cidadão que, por n motivos, não conseguiu justificar a sua ausência no dia da eleição, que representa um valor muito grande, muito volumoso, deve ser repassada para o partido. Eu acho que a sociedade não sabe, não conhece e não aprova essa legislação que, na ocasião, deu esse benefício aos partidos políticos. Além disso, cada vez aumenta o número de partidos políticos, o que também vai fracionando de tal maneira o valor arrecadado que passa a ser muito pequeno o que é destinado aos partidos.

Então, uma sugestão — não sei se é legal ou como está a legislação — é que, em vez de nós impormos qualquer outra rubrica, nós determinássemos que esses recursos viessem para um fundo, a fim de atender aos protetores de animais, para todos os investimentos que o poder público pudesse fazer junto dessa lei. É uma sugestão; temos que ver se é cabível, mas é de suma importância. Acho que assim ganharíamos apoio na sociedade.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Quero cumprimentar o Presidente e os painelistas que trouxeram uma contribuição muito importante.



Presidente, eu proponho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, além do trabalho que está fazendo de investigar, identificar os locais no País onde são maiores os índices de maus-tratos nos animais...

Infelizmente o ser humano regride nos seus aspectos de conceito, de amor e de entendimento. Parece que o ser humano regride nesse aspecto. Mas a Comissão Parlamentar, além de investigar os crimes, também faz um trabalho que tem efeitos na área legislativa e efeitos pedagógicos.

O Ministério Público tem uma capilaridade bem maior: ele está presente praticamente em todas as regiões, em todas as comarcas.

Nós podemos, através de uma legislação, definir o fatiamento do destino das multas aplicadas em razão dos crimes ambientais. Podemos determinar que uma parte dessas multas, além de ser usada para promover a reparação do dano causado, no caso, ao ambiente que foi agredido, seja destinada para as entidades de proteção aos animais — porque é lógico que há outras instituições, com outra natureza e outros objetivos, mas geralmente essas outras instituições são subsidiadas por outras políticas públicas ou por subvenções, e as entidades que tratam dos animais não têm nenhum tipo de auxílio.

Outra medida que nós podemos propor é que, no caso das entidades que têm essa natureza — o objetivo, o fim delas é específico —, a isenção de determinados tributos e contribuições não dependa de um certificado de filantropia, porque a ação delas já lhes dá a devida legitimidade. Parece-me que, muitas vezes, o excesso de burocracia termina penalizando essas entidades. A partir do momento em que a entidade fez o seu devido registro, a partir do momento que no CNPJ da entidade fica determinado que o seu objeto é aquele determinado fim, que é um fim social, ela já tem que ser beneficiada pela lei, no que diz respeito a essas isenções tributárias.

Então, eu acho, Presidente, que nós podemos, através da proposição de uma legislação, atuar nesses dois aspectos: determinar que uma parte das multas produzidas em razão de crimes ambientais seja destinada à reparação do dano do ambiente que foi agredido e a outra parte seja destinada para as entidades cuja finalidade seja a proteção aos animais; e determinar que, a partir do momento em que a entidade já tem o CNPJ, tem o atestado pela municipalidade de uma atividade



notória, reconhecida pelas entidades da cidade, pela Câmara de Vereadores do Município, ela já seja beneficiada com a isenção dos tributos e contribuições.

Eu acho que essas seriam medidas mais práticas, mais efetivas e que poderiam ser aplicadas no menor tempo possível.

Seria isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quanto às sugestões que estão sendo feitas pelos Deputados Luiz Carlos e Ronaldo, eu acho que V.Exas. deveriam fazer um requerimento. É lógico que tudo está tudo anotado e constará da ata, mas, se nós pudéssemos fazer uns requerimentos para ajudar o Relator na composição da propositiva... Porque nós vamos elaborar alguns projetos de lei de autoria da CPI. Então, se todos pudessem colaborar, para facilitarmos a vida do Relator, mandando essas propostas por escrito, seria muito bom.

Eu queria também fazer um comunicado — eu já lhe passo a palavra, Deputado Chico: nós temos recebido muitos *e-mails*, principalmente no Facebook, na página da CPI dos Animais, com denúncias. As denúncias, muitas vezes, são fundamentadas; em alguns casos, entretanto, nós não sabemos diferenciar o que é verdade do que não é. Existe muita briga interna entre protetores, ativistas. É uma bagunça. Os senhores que são da área sabem disso.

Nós fomos, recentemente, a Vitória, onde estivemos na Assembleia Legislativa e fizemos uma parceria com a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais do Estado. Disponibilizamos um membro da Comissão, o Deputado Max Filho — é isso? Ele é do Espírito Santo, não? —, que vai trabalhar em conjunto com a Deputada Estadual de lá, e eles vão recolher denúncias. Se cada um pudesse fazer a mesma coisa no seu Estado — colher as denúncias —, facilitaria o trabalho desta CPI, pois não teríamos que ficar deslocando a CPI até o local. Cada um poderia colher as denúncias e trazê-las para o Relator. Já conversei com o Deputado Ricardo Tripoli, e, no final, nós vamos fazer um bloco dessas denúncias, que serão separadas: o que vai ser enviado para a Polícia Federal, o que vai ser remetido para o Ministério Público. Isso vai facilitar a vida do Relator — não é, Relator?

Eu queria passar a palavra ao Deputado Chico Lopes, e, depois, ao Relator Ricardo Tripoli.



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu só queria complementar o que o V.Exa. está dizendo, porque nós já temos uma reunião marcada entre o Relator e os Sub-Relatores para trabalharmos nesse sentido, definindo a linha que nós vamos pegar. E a CPI já deve pensar no que nós vamos tirar do nosso trabalho para ver se transformamos em lei.

Agora, eu queria — e vou defender na hora exata — fazer um seminário com várias pessoas que foram convidadas para virem aqui, a fim de discutirmos como nós podemos avançar mais nesse negócio. Porque as emendas que nós temos aqui vão para o Prefeito, e ele, às vezes, não repassa os recursos. Mas também o Governo não paga, e nós ficamos cobrando do desgraçado, lá na ponta, que nem recebeu, não é isso? Vamos ter cuidado com as coisas, que é para também não penalizar indevidamente as pessoas, está entendendo?

Outra: eu acho que foram as ONGs que cavaram com os próprios pés certas coisas, como eu acho que as Santas Casas vêm antes do Ministério da Saúde, mas existem Santas Casas e Santas Casas. Agora, o Tribunal de Contas, que é órgão auxiliar nosso, passou a ser também um partido político. No lugar de ele ir atrás dessas emendas, para ver quem as usa bem etc. e tal, está aí enchendo o saco com outras coisas.

Então, nós temos, no País, um problema estrutural de fiscalização. A única fiscalização que eu defendo aqui são as auditorias do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, que funcionam bem, têm um concurso difícil e tal, e os auditores têm uma responsabilidade muito grande. Com relação a qualquer coisa que nós defendamos aqui, como as Santas Casas, por exemplo, temos que pôr um pé atrás, porque nem sempre funciona; as pessoas desviam.

Então, nós não somos a palmatória do mundo, mas devemos ter compreensão do que vamos fazer. Quando nós terminarmos os relatórios, devemos fazer um seminário com tudo isso e trazer também coisa escrita, etc. e tal, para montarmos uma legislação — está aqui o Reynaldo, que já deu uma boa sugestão e que tem conhecimento, milita nessa área, como também o companheiro do PT milita. E vamos fazer uma coisa moderna, sem muita burocracia; escrever pouco



para agir com muito. Por exemplo, a Geuza eu vou convidar, porque ela é Procuradora e milita nisso há muitos anos.

A nossa frustração é bem maior do que nós pensamos, tanto é que nós não procuramos o Estado; procuramos as pessoas, procuramos empresas, está entendendo? Fomos conversar com veterinário para atender de graça. Mas o veterinário tem que viver; ele tem a profissão dele, etc. e tal. Está entendendo aonde nós queremos chegar? Se para nós existe hospital público, por que não vamos criar para as pessoas de baixa renda? Eu estou aqui para ajudar a pensar, para sair desta mesmice, para depois não ter mais CPI — porque a CPI mais simpática a que eu fui é esta. Porque esta CPI não tem nada a ver. Quando me convidam para participar de CPI, eu não vou. Já fiz parte de uma CPI, para nunca mais. Nós só vamos arengar, e não vamos resolver. CPI serve para oficializar os roubos, e acabou-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Chico.

Quero só comunicar que foi aprovada, no orçamento do ano passado, uma solicitação nossa de criação da rubrica para equipamentos veterinários para os Municípios — é 20YJ o número da rubrica, e ficou junto com a de centros de zoonose. Então, a partir deste ano, quem quiser colocar equipamentos veterinários móveis ou fixos vai poder incluí-los para os Municípios.

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, eu queria, antes de encerrarmos esta primeira etapa da audiência pública — nós teremos depois a deliberação dos requerimentos —, só lembrar que está completando 1 ano — foi no dia 25 de setembro de 2014 — que nós apresentamos dois projetos de lei sobre o tema de que tratamos nesta CPI. O primeiro é o Projeto de Lei nº 7.947, de 2014, que perdoa as dívidas da União Internacional Protetora dos Animais, a UIPA, sediada em São Paulo, e da Sociedade União Internacional Protetora dos Animais a SUIPA, no Estado do Rio de Janeiro. O segundo é o Projeto de Lei nº 7.941, de 2014, que isenta de tributos fiscais entidades sem fins lucrativos que cumprem todas as etapas de controle da população animal, como recepção, recuperação, esterilização, encaminhamento à adoção e campanhas de vacinação.



Eu me inspirei basicamente num projeto que se encontra no Senado e em outro que foi aprovado, que era da lavra do Senador José Sarney, que não está mais no Senado, mas que obteve êxito na aprovação de uma dessas medidas. Como, obviamente, essas são duas entidades filantrópicas de fato, que se dê a elas o título de entidades filantrópicas de que necessitam — elas não são como as universidades, que recebem o título de entidades filantrópicas, e nós sabemos que o tal do lucro que não deveria existir existe; os proprietários, hoje, são pessoas extremamente ricas (não temos nada contra os ricos).

Portanto, nós vamos incorporar esses dois projetos de lei. Que bom seria se até lá eles já tivessem sido aprovados. Mas, se não forem, nós vamos solicitar, dentro da linha que eu havia combinado com o Presidente da CPI, Deputado Ricardo Izar, no relatório, ao Presidente da Casa para que exponha, coloque em votação. Afinal, se outros projetos semelhantes estão sendo deliberados na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, nada mais justo que projetos que estão aqui há 1, 2, 5, 8, 10 anos venham a ser deliberados pelo Plenário, que vai, com certeza, ajudar bastante nesse empenho, nessa solicitação.

Eu me sinto satisfeito, Sr. Presidente, e acho que nós temos pela frente a segunda etapa, que é a votação dos nossos requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vou passar a palavra aos expositores, para suas considerações finais.

Nós vamos começar na ordem inversa àquela em que os senhores falaram.
(Pausa.)

Com a palavra o Dr. Reynaldo.

O SR. REYNALDO SOARES VELLOSO - Quero agradecer, mais uma vez, o espaço que a Câmara dos Deputados concede não para nós, da OAB, mas para a luta em prol dos animais; quero parabenizar o Deputado Ronaldo Nogueira pela sugestão, que atingiu o ponto principal, que é o apoio a esses abrigos. Como eu disse anteriormente, há 30 milhões de animais abandonados no Brasil, e existe abrigo para tudo que é lado. Pessoas gastam o seu próprio salário para cuidar de animais — cão, gato, porco, cavalo. Então, faz-se necessário um mecanismo fiscal para que os abrigos e também os protetores independentes tenham algum tipo de



apoio. É preciso que se viabilize algum tipo de apoio, e V.Exa., realmente, foi no âmago da questão. É preciso que se tenha um mecanismo fiscal qualquer que beneficie esses protetores independentes e essas organizações que ajudam cães e gatos.

A SUIPA é só um exemplo macro que nós temos, com 4 mil animais. Nós temos abrigos com 150, 200, 300 animais. Então, a SUIPA é um exemplo macro que nós temos hoje e que passou a ser parceira do Governo, com o título de entidade pública, mas é cobrada pelo mesmo Governo, independentemente do caráter partidário — no Governo anterior aconteceu a mesma coisa; essa dívida não foi cobrada neste Governo, mas já vinha sendo cobrada.

O título de entidade pública a SUIPA deixou de ter há 20 anos. Acertou o Deputado Chico Lopes, que fala com o coração, na mosca: isso independe de Governo. O nosso problema aqui não é partidário, o nosso problema é animal, é defender esses seres indefesos. É o problema de todos nós, não é?

Então, independentemente de programa partidário, de programa de Governo — esta não é a causa —, eu faço uma modéstia sugestão no sentido de que nos juntemos aqui, caminhemos com a ideia do Deputado Ronaldo Nogueira de que tem que ter um mecanismo fiscal para ajudar, para colaborar com esses abrigos, com essas ONGs.

O que nós vemos, repito, e que sai em jornais nacionais e até em jornais estrangeiros, é a situação da SUIPA, que é uma situação macro, mas nós temos milhares de situações micro que precisam do apoio de algum tipo de viés tributário.

Por fim, eu parabenizo os Deputados Ricardo Izar e Ricardo Tripoli; a Promotora Luciana Bertini; a Izabel, da SUIPA; os senhores que estão aqui prestigiando esta audiência pública desta CPI; o Deputado do Rio de Janeiro, também aqui presente.

Agradeço, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, o convite para estar aqui e me coloco, Deputados Izar e Tripoli, à disposição para qualquer apoio técnico que for preciso.

E, repito, não tenho procuração das minhas colegas que presidem as OABs, no Estado todo, mas tenho certeza que todas — eu estou dizendo todas porque nós somos apenas dois Presidentes no âmbito do Brasil: o de São Paulo, que é o Ricardo



Digiere, que tem como Vice-Presidente uma mulher, e o do Rio de Janeiro, que sou eu; em todo o resto do Brasil há mulheres presidindo, e elas fazem melhor, porque vocês, mulheres, são melhores do que nós. Vocês têm mais acuidade para fazer isso.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Quem é doido de dizer que não é?

O SR. REYNALDO SOARES VELLOSO - *(Risos.)* Eu tenho certeza de que as minhas colegas ficariam satisfeitas em propor, em cada um dos seus Estados, medidas que atendam às suas respectivas peculiaridades e colaborar com qualquer evento, qualquer CPI pelos animais.

Mais uma vez, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, agradeço a Câmara dos Deputados pelo espaço que nos dá não, Deputado Chico Lopes, só em CPI, mas na medida em que fale em CPI, fale em animal, sai na mídia, sai na imprensa, e nós só vamos mudar a causa animal — não tenho dúvida — se tirarmos a sociedade da zona de conforto e a levarmos para a luta, para a causa animal. Eventos como este, iniciativas como esta é que vão fazer a causa animal caminhar.

Deixo um grande abraço aos senhores e lhes agradeço, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quem foi a segunda oradora?

A D. Izabel Cristina Nascimento está com a palavra.

A SRA. IZABEL CRISTINA NASCIMENTO - Eu anotei algumas coisas. Eu tenho uma dúvida. A SUIPA pediu, realmente, o título de entidade filantrópica e continua o indeferimento, porque a SUIPA não faz um trabalho de saúde, segundo o CEBAS, que disse que não tem nada a ver o trabalho da SUIPA com o Ministério da Saúde. Entretanto, a SUIPA é fiscalizada pela Vigilância Sanitária, pelo Centro de Controle de Zoonoses, que são ligados ao Ministério da Saúde.

A Organização Mundial de Saúde diz que a melhor forma de fazer o controle populacional de cães e gatos no mundo é através da esterilização. A SUIPA — eu estou falando da SUIPA, mas todas as entidades de proteção de animais e os protetores independentes, desconhecidos, que trabalham com a própria verba — trabalha nessa área de prevenção de saúde. Por que é, então, que a SUIPA não pode ser isenta de pagar o INSS patronal e por que ela não pode também integrar



as organizações da parte da saúde? Não. Disseram-me que, talvez, da assistência social.

Mas por que talvez? Porque nada se diz; em momento algum fala-se sobre animais não-humanos, quando se fala em filantropia ou em isenção de impostos. Realmente, os animais não-humanos estão no fundo e continuam no fundo. Não houve progresso no Brasil, apesar de toda a informatização que existe.

Deputado Ronaldo Nogueira, realmente, a parte das isenções tributárias seria muito boa para ser dividida. Agora, teria que ser feita uma triagem, uma peneira muito séria, porque — posso dizer, com todo o conhecimento que eu tenho, de 63 anos de vida, adquirido desde quando eu fui criada com a minha mãe e já tirava animais da rua, do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, onde já havia animais abandonados — existem pessoas que se aproveitam e se dizem protetores. Não são protetores. Então, para haver isenção, nós temos que realmente ver os critérios, quem realmente é protetor de animais, sejam ou não-ONGs. Tem que haver uma coisa bem séria.

Agora, também precisa haver uma parte de educação, porque, se alguma parte do Ministério da Educação não começar a ensinar as crianças a respeitarem os animais humanos, que somos nós, e os não-humanos, isso realmente não vai andar, e a maldade, a crueldade, os maus-tratos vão continuar.

Inclusive, conheci — e fiquei muito feliz porque as recebi, antes do que aconteceu no Acre, aquela inundação e tudo — meninas jovens que abriram uma entidade de proteção animal no Acre. Gente, isso é uma coisa maravilhosa, porque o Acre é lá em cima, e elas sofrem muito tirando os animais e botando dentro das casas delas.

Da mesma forma, no Sul. Isso, na verdade, existe no Brasil todo, não é? Estou falando desses dois lugares por serem mais distantes. No Sul existe um grupo muito forte também. Em Porto Alegre existe o MGDA, Movimento Gaúcho de Defesa Animal, cuja Presidente, inclusive, é uma advogada. Nesse movimento estão mais de 200 ONGs. Eles trabalham também e nada recebem.

Isso existe em São Paulo, isso existe em Pernambuco, existe em todos os locais. Não há um Estado no Brasil em que não existam protetores e ONGs, infelizmente, todos marginalizados ainda.



Agora, eu queria falar sobre os Municípios terem um veículo móvel para poderem esterilizar, castrar os animais nas comunidades. O Deputado Ricardo Tripoli não está, mas ele falou sobre isso, que as pessoas realmente precisam operar seus animais. Então, deveria ter essa parte que agora tem, Deputado Ricardo Lizar, essa coisa.

A SUIPA tem, desde 1995, um *trailer* que está funcionando até hoje, e nós operamos em torno de 40 animais, gratuitamente, dentro das comunidades. E nós fomos, no início, praticamente embarreirados pelo Conselho de Medicina Veterinária, que disse que nós íamos ter problemas com os veterinários que cobram. A SUIPA enfrentou isso. Então, o primeiro *trailer*, no Brasil, foi feito pela SUIPA e continua em funcionamento.

Agora, Deputado Chico Mendes, que fala com o coração! (*Risos.*) Chico Lopes, desculpe. Chico Mendes está lá, o grande Chico Mendes. Chico Lopes, com todo o respeito. Chico Mendes também. De repente, ele está aqui conosco, e não sabemos.

Pois é, esse *trailer* da esterilização teve como madrinha a grande e saudosa Zezé Macedo, que foi uma grande protetora independente, sócia da SUIPA, e ela foi dentro da favela de Jacarezinho, de Manguinhos, com os veterinários, conosco, com as crianças, ensinando que era importante operar os animaizinhos para eles não ficarem abandonados. Zezé Macedo, hein? Esquecida.

O senhor nunca foi um menino de rua. O senhor foi um menino que viveu na rua. Então, é a mesma coisa: não existem animais de rua, existem animais na rua. Não existem animais de laboratório, animais de produção; todos estão ali. São animais “de”? Não, são animais “na” condição de escravos, porque a escravidão animal existe, infelizmente ainda existe.

Respeito muito a Dra. Geuza Leitão, que é uma grande advogada e que é uma grande protetora no Ceará, sempre lutou muito pelos jumentos, inclusive, e eu posso dizer, com todo o orgulho, que eu tenho um diploma e eu tenho um estábulo que o Pe. Antônio Vieira assinou e mandou.

Então, é um diploma de que eu sou uma jumenta. (*Riso.*) Esse daí é um diploma muito sério, que ele assinava e mandava para os protetores. Eu tenho esse diploma, todo escrito em latim.



Eu também queria dizer o seguinte sobre a leishmaniose: as pessoas ricas, inclusive que eu conheço, que moram em Brasília, cujos cães tiveram leishmaniose, cuidam em veterinários particulares e pagam muito caro.

Agora, no Brasil, animal de pobre com leishmaniose é assassinado, porque essa palavra “sacrifício” temos que ver. Sacrifício é outra coisa; o que existe é matança, assassinato, e é de animais. O que acontece? O Brasil é o único país no mundo que ainda mata animais com leishmaniose. Por quê? Qualquer mamífero, inclusive nós, podemos transmitir a leishmaniose.

Acontece que nós, antes de o Sr. Chioro ser o Ministro da Saúde, entregamos ao outro Ministro — não foi ele quem nos atendeu, foi o Sr. Jarbas Barbosa —, um documento protocolado solicitando que retirasse uma portaria interministerial do Ministério da Saúde que diz que o animal, o cão, tem que ser retirado da pessoa “pobre” — entre aspas — e que ele tem que ser assassinado.

Acontece que existe a vacina. O que tem a leishmaniose? A causa dela é falta de saneamento básico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Faltam 5 minutos para completar, Sra. Izabel.

A SRA. IZABEL CRISTINA NASCIMENTO - Então, o que acontece? A leishmaniose pode ser tratada com os medicamentos com que, se eu pegar a leishmaniose, eu poderei ser tratada.

Então, essa portaria interministerial proíbe que se trate um animal não humano.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Promotora Luciana Bertini.

A SRA. LUCIANA BERTINI - Eu gostaria novamente de parabenizar pela iniciativa o Deputado Ricardo Tripoli e também o Presidente Ricardo Izar, justamente pela grandeza do trabalho.

Ficou muito claro, e para nós, do Ministério Público, também é bem evidente a necessidade de nós avançarmos na questão legislativa, de tantos tópicos na defesa animal, como a tração animal, temática que ainda não tem uma lei regulamentando.



Sobre os fundos, com relação à destinação, a Promotoria teve o cuidado de fazer uma visita às instituições existentes no Distrito Federal, e percebemos que existem desde instituições de defesa animal, na questão cães e gatos, bem estruturadas, como também ONGs totalmente desestruturadas, e há essa dificuldade entre elas de se comunicarem e trabalharem em conjunto.

Mas eu acredito, sim, que deve ser melhorada essa questão legislativa, e não é tão complexo assim. Mas o que nós procuramos fazer, dentro da nossa realidade, é o seguinte. Nós temos duas leis: a Lei nº 9.605, de 1998, e a Lei nº 9.099, de 1995.

Com relação à Lei 9.605, antes de iniciar uma audiência, quando se verificam crimes ambientais, existe a proposta para a reparação do dano. Esse dano é desde o dano moral, por ter cometido uma inflação ambiental, até um dano material.

E é muito interessante o trabalho do Ministério Público de Minas Gerais. Eu tive a oportunidade de conhecer. Lá, os colegas passam, em sala de audiência e em juizado especial, um filmezinho de alguns minutos que mostra — um trabalho da Regina Casé, muito interessante — como o fato de um animal silvestre ser capturado e sair daquele hábitat natural prejudica todo o meio ambiente.

E naquele videozinho que passa rapidamente, na sala de audiência, ela consegue sensibilizar o autor do fato a contribuir para o CETAS. Então eles fizeram um trabalho articulado com o CETAS do Estado, da seguinte forma: o CETAS faz um levantamento de qual é o gasto que ele tem com aquele animal no período em que ele fica no CETAS, e aquele autor do fato vai, já com o valor fixado, reverter a prestação pecuniária para o CETAS, por conta daquele animal, de todos aqueles animais que ficam lá.

Então, é muito interessante, e essa é uma medida simples. Nós temos várias frentes a serem trabalhadas, aproveitando até a legislação que já existe. Sem dúvida alguma, ela pode ser melhorada. Eu acho que esse requerimento deve vir, eu acho muito importante; no que o Ministério Público puder colaborar, estou à disposição. Mas, hoje, qual é a realidade que nós temos?

Infelizmente, temos uma dificuldade. Existe até uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público para que, no Termo de Ajustamento de Conduta não seja... Nas ações civis públicas isso já não é uma realidade, mas, nos termos de



ajustamento de conduta, o Ministério Público não poderia reverter valores a determinadas ONGs diretamente, mas, sim, a um fundo.

Infelizmente, em muitos Estados, nesses fundos, os valores se perdem, não têm rubricas próprias. Por mais que eles sejam fiscalizados, às vezes, ficam inativos, não têm votação, enfim, cada Estado tem uma realidade.

Por isso, é muito importante nós aprimorarmos essa sistemática, justamente para que esses valores sejam efetivamente aplicados em defesa animal, em defesa do meio ambiente, enfim, em propostas bem concretas.

Mas o que nós estamos conseguindo trabalhar aqui no Distrito Federal é que justamente esses valores, no caso da Lei 9.099, na suspensão condicional do processo, num crime de médio e maior potencial ofensivo e nos crimes de menor potencial ofensivo, eles sejam direcionados, sim, a instituições credenciadas, porque nós temos um setor do Ministério Público que fiscaliza essas instituições e nós conseguimos acompanhar. Aí nós distribuímos. Se o autor do fato tem envolvimento em crime que foi contra o animal, a instituição vai ser de defesa animal. Então, fazemos essa distribuição para ser mais coerentes, e tem dado relativamente certo.

Aqui no DF nós também temos uma unidade móvel. Ela ficou, por um tempo, por conta de verba, sem atividade, mesmo com as parcerias existentes. Então, é uma realidade, sim, essa necessidade de um olhar mais atento para essas iniciativas.

Essa unidade móvel é para castração, faz um excelente trabalho, voltou às atividades atualmente, nós também visitamos. Mas existe, sim, muito a se fazer. Isso, para nós, é muito claro.

Eu gostaria, novamente, de agradecer a oportunidade de o Ministério Público estar aqui. Podem contar com a nossa colaboração. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer aos expositores, e dizer que, quanto à unidade móvel, a partir deste ano, os Deputados já poderão fazer na emenda do Orçamento: Castramóvel, unidade móvel, veterinária, lembrando que é a rubrica 20YX do Ministério da Saúde, e serve para equipamentos fixos também.

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Áureo tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AUREO - Primeiro, quero cumprimentar novamente, mas queria deixar uma sugestão. Como já vai poder ter a unidade móvel, conforme dito pela Presidência, poderia ser criado aqui na CPI um requerimento, até pelo Relator, chamando todas as entidades para um seminário, para explicar como funciona isso, com técnicos do Ministério da Saúde, qual a rubrica. Podia ser feita até uma cartilha pela própria Casa aqui, para que eles possam motivar, ao chegar ao seu Município, e saber onde está, como funciona, para que eles possam buscar o apoio dos 513 Deputados, para fazermos uma grande ação em conjunto, os Deputados com os Municípios e o Governo Federal, para melhorar essa questão hoje no nosso País. Eu não quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Chico Lopes tinha até sugerido algo parecido. Eu acho que poderíamos fazer uma finalização.

O SR. DEPUTADO AUREO - É porque eu e o Chico Lopes temos afinidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas eu acho que a ideia desse seminário é importante. Nós vamos fazer esse seminário para todas as ONGs de proteção e para os Prefeitos.

O SR. DEPUTADO AUREO - O Chico só tem um defeito pequeno, das defesas, mas já está tudo certo, e há muita coisa que nos une.

Agora, eu acho que isso fica uma cartilha, até para que nós possamos trabalhar. Eu acho que isso é fundamental. Existe uma cobrança muito grande na base, as pessoas trabalhando conosco pelo *Facebook*, perguntando o que podemos fazer. Isso daria a todos os Deputados que não estão tendo oportunidade de participar desta bela CPI conduzida pela Presidência de participar, colocando emenda, colocando um *trailer* na sua cidade.

Então fica esta minha sugestão. Eu quero cumprimentar novamente todos os expositores pela belíssima exposição. Podem ter certeza de que eu acredito que esta CPI vai produzir bons frutos para que possamos encontrar o caminho para tratar dos animais do nosso País.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até o dia de ontem, 16 de setembro.

Passemos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta, além dos requerimentos de retirada de pauta também.

Pelo Requerimento nº 76, de 2015, de minha autoria, convidaríamos o Ministro da Saúde Arthur Chioro. Ele e o Leopoldo conseguiram nos enrolar um grande tempo para não vir aqui, e demorou tanto que até caiu o Ministro. Então, eu acho que não há mais necessidade de o Ministro Arthur Chioro vir aqui.

Então, retiro esse requerimento, de ofício.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria até perguntar ao Deputado Nilto Tatto: V.Exa. fez um requerimento de retirada de pauta do item 79, de 2015, a respeito da convocação de um Ex-Ministro. Eu já estou mudando para convite. Mantenho o requerimento?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Aqui está o do ex-Ministro e do Secretário. Então, há duas convocações nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Três, na verdade. Há também de um integrante do Instituto Royal.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Até no espírito da conversa que acabamos de ter há pouco, no espírito desta Comissão, como são requerimentos, para trazer informação, não é... Quando faz uma convocação, é uma coisa extrema, e não é esse o espírito que temos aqui, a não ser no caso de um fato que estejamos apurando dos objetos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, não. O seu está aqui. O primeiro requerimento foi retirado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não. É desse outro que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É que há um requerimento do Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É desse outro que eu estou falando. Estou pedindo que se transforme em convite, seguindo o espírito que temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Acatado. Só com uma



condição, Deputado: na verdade, esses dois que estariam sendo convocados estão na condição de investigados. Então nós fazemos o convite. Se não vierem, nós convocamos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, esses 2 requerimentos de retirada estão vencidos. Está certo?

Deputado Ronaldo Nogueira, V.Exa. pode assumir a Presidência? Há itens meus e do Deputado Giovani Cherini.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, dá para avaliar o meu, porque eu tenho um compromisso? Dá para avaliar o meu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O seu é o primeiro. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Requerimento sobre a mesa, do Sr. Giovani Cherini, que *“requer a inclusão do Senador Telmário Mota na relação de convidados para as audiências públicas a serem realizadas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar os Fatos Determinados como Maus-Tratos de Animais”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Giovani Cherini.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Isso é um pedido do Senador, e é um pedido que eu acho muito especial. Então, eu só estou encaminhando para que ele seja convidado, porque ele tem muitos assuntos para tratar nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - O requerimento está em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

Deputado Cherini, eu vejo que a solicitação feita por V.Exa. é extremamente meritória, mas há um detalhe: requer a inclusão do Senador Telmário Mota na relação de convidados para as audiências públicas a serem realizadas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar os Fatos Determinados Como Maus-Tratos.

Nós temos várias Comissões e requerimentos. Quer dizer, seria bom se especificasse.



O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Não. É uma audiência pública. Não é no plural.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então. Mas qual seria?

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Ele quer ser ouvido aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas em qual delas?

(Intervenção fora do microfone — ininteligível.)

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É isso?

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - É. Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, poderia já nominar qual delas, para que não houvesse...

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Mas aí a Mesa escolhe. É uma audiência pública, ele quer participar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu não vejo nenhuma... Nós podemos aprovar, e V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Ele só quer dar uma contribuição para a Comissão. É isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sem nenhum problema. V.Exa. poderia, depois, complementar, dizendo em qual delas ele gostaria de estar presente, sem problema nenhum. Faz um adendo.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - A Mesa vai incluir aqui o adendo para uma reunião específica que tratará de rinhas de galo.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - O requerimento continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Deputado querendo se manifestar, nós colocamos em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

O requerimento está aprovado, com a complementação sugerida pelo Deputado Ricardo Tripoli. *(Pausa.)*



Sobre a mesa o Requerimento nº 78, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer o envio de todos os contratos firmados entre o Instituto Royal e as empresas que contrataram os seus serviços, envolvendo a pesquisa em animais”*.

Para encaminhar a matéria, eu concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossa solicitação se justifica em função do depoimento da Dra. Silvia Ortiz, representante aqui, na época em que prestou seu depoimento, do Instituto Royal. Ela disse que o instituto teve cerca de 1 ano de atividades e que prestava serviços a várias empresas. Ela inclusive nominou as empresas aqui. Se não me falha a memória, são mais de 10 empresas, e nós estamos solicitando que esta Comissão requeira cópia desses contratos, determinando o período do contrato, o valor do contrato e o tipo de atividade, de pesquisa, que era feito para essa empresa, sem sombra de dúvida, utilizando os animais, conforme foi dito aqui pela depoente nesta Comissão.

Portanto, vejo como importante essa solicitação para que possamos ter a complementação do seu depoimento com a apresentação desses contratos, exatamente demonstrando qual era a finalidade das pesquisas realizadas no Instituto Royal, solicitadas por essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - O requerimento continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais Deputados que queiram se manifestar, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Sobre a mesa o Requerimento nº 79, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que *“requer a oitiva dos Srs. Sérgio Machado Rezende, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia; Luiz Antônio Barreto de Castro, ex-Secretário do MCTI, que autorizou a liberação do valor de R\$5.000.000,00 ao Instituto Royal; e Ogari Pacheco, Presidente da Cristália Farmacêutica, na qualidade de investigados, para prestarem esclarecimentos sobre verbas liberadas para o Instituto Royal”*.



Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, atendendo a um pedido do Deputado Nilto Tatto e da Deputada Soraya Santos, que veio aqui conversar comigo também, eu vou transformar em convite a convocação do ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Machado Rezende, e do Ex-Secretário do MCTI, Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, para eles virem aqui prestarem esclarecimentos, mas com a seguinte condição: se não vierem, voltamos a convocação, já que eles seriam possíveis investigados. E mantenho a convocação, como investigado, do Dr. Ogari Pacheco, Presidente da Cristália Farmacêutica.

Então, fica o convite aos dois e a convocação ao Dr. Ogari Pacheco. Vamos questionar o Dr. Ogari sobre alguns dados, porque precisamos saber da relação da Cristália com o Instituto Royal. Dos outros dois, queremos saber sobre as verbas que foram destinadas a uma entidade que não era credenciada como instituto de pesquisa, mas, sim, como canil.

Essa é a nossa convocação e os nossos convites.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - O requerimento está em discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Com a palavra o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu gostaria de subscrever com o Deputado Ricardo Izar, até porque, na última reunião em que nós deliberamos aqui, eu fiz uma solicitação. O Dr. Romeu, que é o advogado partícipe do Instituto Royal, havia dito que tinha um sócio, que era a Sra. Inês, se não me falhe a memória, mas eu o consultei se ele conhecia, se ele trabalhava, e ele disse que não, que o Sr. Ogari era o proprietário da Cristália.

Então, eu acho extremamente importante a vinda dele aqui como convocado e a dos demais como convidados.

E quero lembrar também ao Deputado Nilto Tatto, no que diz respeito ao Ministro Chioro, que nós conversamos com os funcionários do Ministério da Saúde



para que S.Exa. viesse por livre e espontânea vontade prestar informações. S.Exa. não veio — nós faríamos a convocação na última reunião. Ouvimos os técnicos, o Secretário Nacional de Vigilância Sanitária esteve aqui e prestou o seu depoimento. E, óbvio, a partir do momento em que a CPI faz um acordo de convite para que não haja a convocação, e o Ministro não vem, o próximo passo é a convocação.

Agora, com certeza, como S.Exa. está demissionário, parece-me, não há necessidade de convocação, porque quem virá, provavelmente será o próximo. Faremos o convite. Se S.Exa. não vier, aí, sim, nós faremos a convocação.

Quero apenas subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Muito bem.

Continua em discussão o requerimento, com a mudança de “convocação” para “convite” do Sr. Sérgio Machado Rezende e do Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro; porém, mantendo o Sr. Ogari Pacheco como convocado.

Não havendo mais Deputados que queiram se manifestar, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado por unanimidade.

Sobre a mesa o Requerimento nº 80, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que *“requisita cópia do procedimento policial instaurado em face da Sra. Beatriz Rondon sobre a realização de ‘safári ilegal’ na Fazenda Santa Sofia, Aquidauana-MS, região do Pantanal de Mato Grosso do Sul.”*

Para encaminhar a matéria, eu concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, na verdade, esse foi um fato que repercutiu muito, saiu inclusive em canais de televisão na época. A Sra. Beatriz Rondon, que era proprietária de uma fazenda que deveria proporcionar proteção aos animais de lá, promovia safáris com turistas para matar as onças e, inclusive, filmava.

Então, o nosso pedido é só para poder receber aqui o processo policial instaurado, para vermos se foi dado andamento, se foi tomada algum tipo de



providência, ou se a CPI terá que entrar na parada para fazermos as coisas ficarem mais ágeis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Nogueira) - Correto.

O requerimento continua em discussão.

Não havendo mais Deputados que queiram se manifestar, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 29 de setembro de 2015, às 14h30min, em plenário a ser definido, quando contaremos com a presença dos seguintes convidados: Sra. Rosane Mazetto, publicitária e jornalista, Presidente da ONG Irmandade das Patinhas; Sra. Maria Lúcia Metello, membro do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; Sr. Maurício Silveira de Oliveira, da Secretaria Especial dos Direitos Animais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e Sra. Sylvania Medeiros Gonsalves, Superintendente do IBAMA do Rio de Janeiro.

Está encerrada a reunião.